

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICA QUE ALIMENTA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E
AS TRANSFORMAÇÕES NO ASSENTAMENTO CAMPO ALEGRE – NOVA
IGUAÇU (RJ)

FAUSTO PEREIRA ROCHA PITTA DE AZEVEDO

Seropédica, 22 de setembro de 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICA QUE ALIMENTA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E
AS TRANSFORMAÇÕES NO ASSENTAMENTO CAMPO ALEGRE – NOVA
IGUAÇU (RJ)

FAUSTO PEREIRA ROCHA PITTA DE AZEVEDO

Sob a Orientação do Professor

Marcio Silva Borges

Dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Área de concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ

Setembro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A994p Azevedo, Fausto Pereira Rocha Pitta de, 1980-
Política que alimenta: o Programa de Aquisição de Alimentos e as transformações no Assentamento Campo Alegre - Nova Iguaçu (RJ). / Fausto Pereira Rocha Pitta de Azevedo. - Rio de Janeiro, 2025.
104 f.

Orientador: Marcio Silva Borges.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas/PPGDT, 2025.

1. Agricultura Familiar. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. Assentamento Rural. 4. Programa de Aquisição de Alimentos. 5. Políticas Públicas. I. Borges, Marcio Silva, 1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas/PPGDT III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS



TERMO Nº 742 / 2025 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.050162/2025-88

Seropédica-RJ, 01 de setembro de 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

FAUSTO PEREIRA ROCHA PITTA DE AZEVEDO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/06/2025

**MARCIO SILVA BORGES. Dr. UFRRJ
(Orientador, Presidente da Banca)**

FABRICIO TELÓ. Dr. Kwantlen Polytechnic University

TATIANA COTTA GONCALVES PEREIRA. Dr.^a UFRRJ

(Assinado digitalmente em 01/09/2025 19:46)
MARCIO SILVA BORGES
DIRETOR DE INSTITUTO - TITULAR
IM (12.28.01.32)
Matrícula: 2692836

(Assinado digitalmente em 02/09/2025 14:28)
TATIANA COTTA GONCALVES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)
Matrícula: 1766836

(Assinado digitalmente em 22/09/2025 01:43)
FABRICIO TELO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 061.129.669-13

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **742**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/09/2025** e o código de verificação: **c4f30e24b8**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela minha vida, e por me auxiliar na caminhada, enfrentando todos os percalços ao longo do curso e durante a composição deste trabalho. Tem sido uma experiência engrandecedora e sigo com a certeza que tudo tem valido a pena.

À minha mãe e minha avó paterna, duas mulheres bem diferentes, mas ao mesmo tempo fortíssimas e de suma importância para a formação do meu caráter. Infelizmente não estão mais aqui no plano físico, mas que estão comigo na lembrança e em pensamentos colaborando de alguma forma em minha trajetória.

À minha companheira de todos os dias, que se faz presente desde os mínimos aos mais complexos detalhes, que me incentiva, que me dá as melhores demonstrações de afeto, carinho e amor.

Aos meus familiares, pelo incentivo e energia emanados, contribuindo positivamente para a minha jornada.

Ao professor Marcio Silva Borges, por ter aceitado ser meu orientador em um momento que foi necessária a transição e ter desempenhado tal função de maneira ímpar.

À professora Tatiana Cotta Gonçalves Pereira e ao professor Fabrício Teló, que pronta e gentilmente concordaram em compor a banca examinadora.

Aos demais professores do PPGDT, pelos ensinamentos que auxiliam muito no meu percurso formativo ao longo de todo curso.

Aos meus amigos de turma, por compartilharem comigo momentos de descobertas, aprendizado e por toda amizade durante nossa formação. Ainda nos encontraremos ao longo de nossas caminhadas.

Aos moradores, instituições e todas as pessoas que lutam em prol de Campo Alegre, local que é o tema desta dissertação e que eu levo para vida. Conhecer um pouco da história, da trajetória de diversas pessoas e o resistir por um propósito, com certeza ajudou na minha formação.

Aos demais colegas de curso, pela convivência nos últimos anos, pela troca de experiências que me permitiram crescer como pessoa e como futuro mestre.

Aos servidores da UFRRJ, que desempenham suas funções com excelência e cordialidade, tanto no Campus Seropédica como em Nova Iguaçu. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.*

RESUMO

AZEVEDO, Fausto Pereira Rocha Pitta de. **Política que alimenta: o Programa de Aquisição de Alimentos e as transformações no Assentamento Campo Alegre – Nova Iguaçu (RJ)**. 2025. 104 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

O Brasil tem sua formação historicamente vinculada à agricultura, mas a valorização da agricultura familiar enquanto segmento estratégico para o desenvolvimento rural só ganhou destaque a partir das últimas décadas do século XX. Esse reconhecimento esteve diretamente relacionado ao fortalecimento dos movimentos sociais no processo de redemocratização do país, que possibilitou a formulação de políticas públicas específicas voltadas para o campo. Nesse cenário, destacam-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, considerados referências na luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais. Entre as principais conquistas desse período, está a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995, e, posteriormente, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em 2003. Este último é reconhecido como uma política pública inovadora por articular a promoção da produção da agricultura familiar ao acesso à alimentação adequada para populações em situação de vulnerabilidade social. Após duas décadas de existência, o PAA foi relançado em 2023, incorporando reformulações e gerando novas expectativas quanto ao seu alcance e efetividade. No estado do Rio de Janeiro, a agricultura apresenta peculiaridades importantes, visto que historicamente houve uma priorização do crescimento urbano, resultando na marginalização das áreas rurais. O Assentamento Campo Alegre, localizado no município de Nova Iguaçu, exemplifica essa realidade. Criado na década de 1980, em plena região metropolitana, o assentamento enfrenta desafios relacionados à disputa por terra, à infraestrutura e à falta de regularização fundiária. A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar a aplicação do PAA no Assentamento Campo Alegre, por meio da realização de entrevistas com agricultores locais e organismos públicos. Buscou-se compreender se o programa está sendo efetivamente implementado no território, de que forma os grupos sociais estão inseridos, e qual o papel dos órgãos públicos nesse processo. Como objetivos complementares, a pesquisa analisou a possibilidade de ampliação da política pública, bem como a dinâmica dos sujeitos envolvidos e os entraves institucionais existentes. Os resultados indicam que diferentes dimensões – sociais, políticas e territoriais – atravessam a implementação de políticas públicas em contextos marcados por desigualdades históricas. Constatou-se que o fortalecimento da presença do Estado, por meio de programas como o PAA, pode gerar impactos positivos e contribuir para a melhoria das condições de vida em territórios como o de Campo Alegre, desde que acompanhado por estratégias que considerem as especificidades locais e promovam maior articulação entre os atores envolvidos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Desenvolvimento territorial, Assentamento rural.

ABSTRACT

AZEVEDO, Fausto Pereira Rocha Pitta de. **A Policy That Nourishes: the PAA and Transformations in the Campo Alegre Settlement – Nova Iguaçu (RJ)**. 2025. 104 p. Dissertation (Master's in Territorial Development and Public Policies). Institute of social and Applied Sciences, Graduate Program in Territorial Development and Public Policies, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Brazil's historical development has always been closely linked to agriculture, but the recognition of family farming as a strategic sector for rural development only gained prominence in the final decades of the 20th century. This recognition was directly related to the strengthening of social movements during the country's re-democratization process, which enabled the formulation of specific public policies aimed at rural areas. In this context, the actions of the Pastoral Land Commission (CPT) and the Landless Rural Workers' Movement (MST) stand out, as they are considered key references in the struggle for land and rural workers' rights. Among the main achievements of this period are the creation of the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) in 1995 and, later, the Food Acquisition Program (PAA) in 2003. The latter is recognized as an innovative public policy for combining the promotion of family farming production with access to adequate food for socially vulnerable populations. After two decades of existence, the PAA was relaunched in 2023, incorporating reforms and generating new expectations regarding its reach and effectiveness. In the state of Rio de Janeiro, agriculture has important specificities, given that historically there has been a prioritization of urban growth, resulting in the marginalization of rural areas. The Campo Alegre Settlement, located in the municipality of Nova Iguaçu, exemplifies this reality. Established in the 1980s, right in the metropolitan region, the settlement faces challenges related to land disputes, infrastructure, and lack of land regularization. This research aimed primarily to investigate the implementation of the PAA in the Campo Alegre Settlement through interviews with local farmers and public agencies. It sought to understand whether the program is effectively being implemented in the area, how social groups are included, and what role public bodies play in this process. As complementary objectives, the research analyzed the possibility of expanding public policy, as well as the dynamics of the involved actors and existing institutional barriers. The results indicate that different dimensions—social, political, and territorial—shape the implementation of public policies in contexts marked by historical inequalities. It was found that strengthening the presence of the State, through programs like the PAA, can generate positive impacts and contribute to improving living conditions in territories like Campo Alegre, provided it is accompanied by strategies that consider local specificities and promote greater coordination among the actors involved.

Keywords: Family farming; Food Acquisition Program (PAA); Territorial Development; Rural Settlement.

TABELA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPA	Sistemático de Produção Agrícola
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Compra com Doação Simultânea
CEASA/RJ	Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CEDIM	Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar
CF	Constituição Federal
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMNI	Câmara Municipal de Nova Iguaçu
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	<i>Coronavirus disease 2019</i>
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER – RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEDUR	Grupo de Pesquisa em Planejamento Urbano
GGPAA	Grupo Gestor do PAA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LPM	<i>Landless People's Movement</i>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PDA	Perdas e Desperdício de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIPAS	Primeira Infância Protegida na Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPGDT	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

PROINF	Programa de Apoio a Projetos Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RBBA	Rede Brasileira de Banco de Alimentos
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAPPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do RJ
SEMAM	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SOBEM	Sociedade Beneficente de Campo Alegre
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
SUPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade Federativa
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNACOOP	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Biblioteca de Campo Alegre.....	43
Figura 2 Município de Nova Iguaçu	66
Figura 3 Mapa de Nova Iguaçu destacando Campo Alegre.....	68
Figura 4 Campo Alegre dividido em Regionais.....	69
Figura 5 Vista área de Campo Alegre	69
Figura 6 Fachada da Associação	70
Figura 7 Alimentos produzidos em Campo Alegre.....	77
Figura 8 A ampliação do PAA	80
Figura 9 Nuvem de Palavras a partir do corpus textual das entrevistas.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Agricultura familiar na produção de alguns itens da cesta básica brasileira entre os anos de 2017-2018.	20
Tabela 2: Investimentos PRONAF no estado do Rio de Janeiro entre as safras 2013/2014 e 2020/2021.	49
Tabela 3: Os números referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a nível Brasil, entre 2003 e 2019.	57
Tabela 4: Recursos aplicados para o PAA no período entre 2016 e 2020 no estado do Rio de Janeiro.	59
Tabela 5: Número de famílias beneficiadas por modalidades do PAA entre 2016 e 2020 no estado do Rio de Janeiro.	60
Tabela 6: Análise S.W.O.T. (F.O.F.A.) – Manutenção do PAA em Campo Alegre	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gráfico de Investimentos por Municípios	48
Gráfico 2	Investimento anual (em R\$ milhões) do PAA, por regiões	53
Gráfico 3	Participação no PAA	71
Gráfico 4	Atuação na agricultura	73
Gráfico 5	Participação feminina no PAA.....	73
Gráfico 6	Faixa Etária em % da regional Mato Grosso	74
Gráfico 7	Nível de escolaridade dos entrevistados	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	27
1.1 – Um breve histórico sobre Políticas Públicas, exemplos praticados no Brasil e reflexões sobre Capital Social.	27
1.2 – A redemocratização e as conquistas a partir dos Movimentos Sociais.	34
1.3 – Da articulação das Ligas Camponesas ao protagonismo do MST.	39
1.4 – O novo rural, desenvolvimento e retração na Agricultura Familiar.	44
CAPÍTULO 2 - PAA ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS	50
2.1 – A criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	50
2.2 – As modalidades do PAA.	54
2.2.1 – As modalidades do PAA destacadas no RJ.	57
2.3 – A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.	58
2.4 – As inovações e perspectivas do programa.	61
CAPÍTULO 3 – O CASO DO ASSENTAMENTO CAMPO ALEGRE DE NOVA IGUAÇU/RJ.	63
3.1 – O que são e como surgem os Assentamentos Rurais.	63
3.2 – Histórico de Campo Alegre.	64
3.3 – A regional Mato Grosso e seus protagonistas.	70
3.4 – A atuação dos órgãos públicos em Campo Alegre.	71
3.5 – Resultados e discussão.	72
3.5.1 – Características socioeconômicas.	72
3.5.2 – Perfil do que é produzido e consumido.	76
3.5.3 – Conhecimento sobre as políticas públicas para o desenvolvimento rural.	78
3.5.4 – Impressões sobre o PAA.	78
3.6 – Nuvem de palavras.	80
3.7 – Análise S.W.O.T. ou Matriz F.O.F.A.	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	85
REFERÊNCIAS.	87
APÊNDICES.	101

INTRODUÇÃO

A história do Brasil evidencia que desde o princípio este é um país agrícola. No período colonial, a economia urbana era quase inexistente e a vida se concentrava no campo (PRADO JR, 1977).

Em meados do século XIX os aglomerados urbanos passaram por diversas transformações e a concentrar as atividades econômicas, afirmando assim os centros no Rio de Janeiro e em São Paulo. Somando-se a isso a implementação de três leis fundamentais: Lei de Terras de 1850, a qual promoveu a transformação da terra em mercadoria; Lei Eusébio de Queiroz, que em seu escopo proibia a comercialização de escravizados (afetando a mão de obra nas lavouras) e ainda em 1850 tem-se a Lei do Comércio, fundamental para o desenvolvimento do trabalho fabril (SUZUKI, 2007).

Esse é o período em que os aglomerados passam por um processo de ressignificação e transformações materiais, superando uma dimensão, eminentemente, administrativo-religiosa para incorporar a centralidade das atividades econômicas, sobretudo por conta da expansão do comércio e o desenvolvimento da atividade fabril e bancária (SUZUKI, 2007, p.137).

A economia rural tradicionalmente sempre foi pensada relacionada aos custos e à geração de produtos primários advindos da agricultura, como também de outras atividades extrativistas. O que não resumia o rural às formas de produção agropecuária, sendo também um lugar de vida e moradia (WANDERLEY, 2013).

Os povos que aqui viviam reiteradamente desempenharam papel fundamental na agricultura. Invisibilizados ao longo dos séculos, têm sua trajetória marcada por conflitos, principalmente, por terra. Terra não somente para residir, mas também para subsistir. Para Porto – Gonçalves & Leão (2020), a formação brasileira revelou momentos de criatividade de seu povo, apresentando a diversidade produtiva dos subalternizados. Tem-se o exemplo da formação dos quilombos como espaços de liberdade, forjados por aqueles que recusavam a escravidão.

Os conflitos desencadearam uma crise ambiental sem precedentes por toda a América Latina e, conforme Leff (2016), observa-se o surgimento da ecologia política com o intuito de investigá-los. Ao longo dos tempos os povos seguem resistindo aos saques de recursos naturais cometidos pelas potências coloniais. A construção de cidades sustentáveis tem por objetivo reduzir a desigualdade tanto na distribuição econômica como na ecológica, utilizando os princípios de justiça ambiental.

Porto – Gonçalves e Leão (2020) demonstram como a violência no campo brasileiro se relaciona com o processo de formação histórico – geográfico, desde o período do “descobrimento” até os dias atuais. O processo de ocupação territorial foi bastante desigual e baseado na concentração fundiária. A elite, seguindo o modelo eurocêntrico, fundamentou a agricultura brasileira em exportação de *commodities*. No início, o país se notabilizou em ser o principal exportador de café e cana de açúcar, entretanto, ainda hoje se destaca economicamente com a comercialização de produtos primários.

De acordo com Grisa e Schneider (2015), as primeiras décadas do século XX foram marcadas por estratégias governamentais de industrialização, absorvendo forte influência dos Estados Unidos e gerando graves crises no setor de abastecimento alimentar.

Todavia, conforme Medeiros, Quintans e Zimmermann (2014), a década de 1950 é marcada por temáticas voltadas para a melhoria das condições nos espaços de produção, isto é, no meio rural. Segundo Dezemone (2016), O governo de João Goulart tentou institucionalizar a reforma agrária por meio da criação de sindicatos oficiais e da legislação trabalhista rural, mas enfrentou resistência no Congresso e oposição conservadora. O lema "reforma agrária na lei ou na marra" foi utilizado por diversos setores. A pauta sobre reforma agrária como forma de suprir o atraso nesses espaços ganha força mesmo após a instauração da ditadura militar. E em 30 de novembro de 1964 foi instituída a Lei Nº 4.504 pelo então presidente Castello Branco, também conhecida como o Estatuto da Terra e responsável por conceber no Brasil o pensamento de desenvolver o rural valorizando a função social e econômica da terra (BRASIL, 2024).

Para Schmitz e Bittencourt (2014), o Estatuto foi formulado cercado de pressões sociais e políticas, com destaque para o papel dos movimentos sociais rurais, da Igreja Católica, das Ligas Camponesas, e das tensões do período pré e pós-golpe de 1964. Estes autores mostram que, embora o Estatuto tenha incorporado avanços legais e conceituais, como a já mencionada previsão da função social da propriedade e instrumentos de política fundiária e agrícola, sua aplicação prática foi limitada, com baixa efetividade na desconcentração da terra e na promoção da justiça social no campo. Mas já foi um prenúncio do que seria vivenciado nas décadas seguintes.

A chamada Revolução Verde, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, é apresentada ao mundo. Sua premissa foi a da inovação no modo de produzir, priorizando a agricultura mecanizada e o uso de agroquímicos. Com o *slogan* de combate à fome e aumento de oportunidades, porém o que se evidenciou, foi a queda na taxa de empregos no campo, diminuição da diversidade de gêneros alimentícios cultivados e a desvalorização dos povos e seus saberes ancestrais (LAZZARI; SOUZA, 2017).

Segundo Santili (2009), grande parte dos agricultores de países do sul global não foram contemplados pela Revolução Verde, pois os custos de manutenção e cultivo seriam extremamente elevados. A população rural desses países segue sendo a mais atingida pela fome e isso só comprova a ineficácia de um modelo que privilegia a monocultura.

As últimas décadas do século XX e início do século XXI foram de mudanças significativas, resultando em valorização para o rural, através de políticas públicas direcionadas, conquistadas em um momento de mobilização no campo e ressaltando atores de extremo protagonismo, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Dessa maneira, desenvolvimento rural passa a ter um novo modelo baseado na agricultura familiar (MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2014).

É oportuno ressaltar que em 1984, na cidade de Cascavel no Paraná, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dentre os objetivos principais destacaram-se: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pelas mudanças sociais no país. O encontro oficializa a criação do movimento e no ano seguinte é realizado o 1º Congresso Nacional do MST entre os dias 29 e 31 de janeiro, em meio a um cenário político de esperança no país (MST, 2024).

Com a Constituição Federal de 1988 foi trazido pela primeira vez um capítulo específico sobre reforma agrária (art. 184¹ e art. 191²), através de conquistas populares iniciadas em décadas anteriores. A reforma agrária implementada de uma maneira positiva cumpriria as funções sociais das propriedades rurais, ao mesmo tempo as funções econômicas, ambientais, trabalhistas e do bem-estar dos envolvidos. Além de atuar no combate aos problemas urbanos, diminuindo assim o êxodo rural (MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2014).

Os debates sobre o rural são cada vez mais inseridos no meio acadêmico, reforçando que o desenvolvimento rural brasileiro precisa ser pensado com uma estratégia específica. “(...) qualquer projeto de desenvolvimento para o Brasil deverá conter diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre os setores primário, secundário e terciário de suas economias locais” (VEIGA *et al.*, 2001, p. 40).

¹ Art. 184 – “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (...) (BRASIL, 1988).”

² Art. 191 – “Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade (BRASIL, 1988).”

O dia 25 de novembro de 1999 foi marcado pela criação do Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário através da Medida Provisória nº 1.911-12, alterando os dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 (BRASIL, 1999). No ano seguinte, por meio do Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, este foi renomeado para Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA³ (BRASIL, 2000).

Durante um período, o país se notabilizou por possuir dois ministérios voltados para a temática rural: o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Ressalta-se que as funções desses ministérios possuem especificidades, o MAPA sendo responsável pela regulação e normatização de serviços vinculados ao agronegócio (BRASIL, 2024). Medeiros e Grisa (2019) afirmam que o MDA foi instituído no início dos anos 2000, durante o então governo de Fernando Henrique Cardoso e foi extinto em 2016 no governo de Michel Temer. Ainda de acordo com estas, a maior interação entre MDA e MAPA era em virtude do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

A partir do art. 19 da Lei nº 10.696, em 02 de julho de 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, pelo Governo Federal, na figura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato. O programa se evidenciou por permitir a compra de alimentos dispensados de licitações, dando maior visibilidade e acesso aos agricultores familiares. A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB detinha a função de operá-lo, juntamente com o Distrito Federal – DF e os demais estados da federação (BRASIL, 2003).

Para Perico (2009), programas dessa magnitude são essenciais para o desenvolvimento de territórios, para a valorização de identidades, para a promoção de alimentação localizada e de qualidade, além de alavancar os índices econômicos. O fator local possibilita a criação de dinâmicas econômicas com evidentes possibilidades de inserção em mercados competitivos e o resgate cultural é de suma importância

Com o início do terceiro governo Lula, há a recriação do MDA agora com o título de Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar através do decreto nº 11.396 de 21 de janeiro de 2023. A partir de então surgem novas perspectivas, pois há a previsão de ainda mais trabalho em conjunto com o MAPA. Tornando-se um diferencial em relação à maioria dos países, permitindo elaborar estratégias específicas e em conjunto (BRASIL, 2023).

³ Foram criadas duas secretarias nacionais, a da Agricultura Familiar – SAF e a da Reforma Agrária – SRA. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA também foi vinculado ao MDA (BRASIL, 2015).

Compras governamentais de alimentos via agricultura familiar são consideradas estratégias promissoras voltadas à promoção do desenvolvimento rural e à segurança alimentar e nutricional. O PAA é marcado como o início do apoio à agricultura familiar em âmbito federal e abriu caminho para outras iniciativas importantes como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Além disso, seu sucesso serviu de inspiração para a implementação de iniciativas semelhantes em outros países (SAMBUICHI; SILVA, 2023).

O setor agrícola brasileiro está dividido em: Agricultura Familiar; Agricultura Não – Familiar; Médios Produtores e Grandes Produtores (EMBRAPA, 2021). Essa divisão é interessante para a formulação, aperfeiçoamento e manutenção de políticas públicas direcionadas.

A agricultura familiar é definida como o sistema produtivo baseado no uso da força de trabalho da própria família, organizando a reprodução social por meio da transmissão de patrimônio e saberes culturais. Mais do que uma categoria produtiva, ela representa uma estratégia de sobrevivência e resistência diante das dinâmicas econômicas hegemônicas (IBGE, 2020).

É interessante frisar que o estabelecimento se enquadrará como agricultura familiar quando sua área for de até 04 módulos fiscais⁴. (EMBRAPA, 2021).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos destinados ao consumo interno e apresenta dinâmicas e características bastante distintas da agricultura não familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, esse segmento reúne cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, o que representa 76,8% do total de unidades agropecuárias do país. Além disso, é responsável por empregar 66,3% da força de trabalho rural e, em 2016, atingiu um faturamento de R\$ 107 bilhões, correspondendo a 23% do valor total da produção agropecuária brasileira (IBGE, 2017).

Picolotto (2011) evidencia que a categoria agricultura familiar não é um simples constructo técnico-institucional ou um reflexo de políticas públicas, mas o resultado de embates sociais, disputas organizativas e construção simbólica, em que diferentes atores: sindicatos, movimentos, Estado, academia e organismos internacionais, desempenham papéis estratégicos. Para este autor, o reconhecimento atual da agricultura familiar como componente central das políticas de desenvolvimento rural no Brasil é, portanto, fruto de um processo de afirmação política e simbólica, em que a luta por reconhecimento é tão importante quanto as conquistas materiais.

⁴ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária utilizada no Brasil e foi instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e varia entre 5 e 110ha, dependendo do município.

De acordo com Neto, Silva e Araújo (2020), a agricultura familiar por mais que careça de incentivos, atingiu números expressivos que apontaram a importância desse segmento no cultivo de hortaliças, de espécies frutíferas e na fabricação de leite. Evidenciando ainda mais o seu protagonismo para a alimentação da população brasileira. Na Tabela 1 tem-se alguns exemplos da participação da agricultura familiar em produtos específicos a nível Brasil, durante o período de 2017 a 2018.

A agricultura familiar é fundamental tanto para a valorização de comunidades até então marginalizadas como para territórios em seu entorno. Almeida (2009) afirma, que é necessário enxergar o desenvolvimento sustentável também através das perspectivas sociais, atendendo a necessidade de grupos, valorizando a diversidade e analisando o todo, a sociedade. Transformando assim excluídos e marginalizados em cidadãos via políticas públicas.

Tabela 1: Agricultura familiar na produção de alguns itens da cesta básica brasileira entre os anos de 2017-2018.

Produto	Produção Total	Produção Familiar	Participação da Agricultura Familiar (%)
Milho em grãos (1.000 t)	88.100	10.972	12,5
Ovos (milhões de dúzias)	4.672	579	12,4
Banana (1.000 t)	4.026	1.954	48,5
Alface (1.000 t)	672	432	64,4
Leite de vaca (milhões de litros)	30.156	19.351	64,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017-2018.

Com a execução do Censo Agropecuário pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) foram evidenciadas algumas mudanças importantes. Dentre elas, destacam o envelhecimento da população e o aumento de renda proveniente de ocupações desenvolvidas fora dos estabelecimentos rurais. Salientando a crise econômica que segue atingindo majoritariamente os agricultores familiares, levando às pessoas a diversificarem as dinâmicas de atividades. Seja em seus territórios de origem ou em outros, ilustrando fatos

sociais que contribuem para a formação da população brasileira: o êxodo rural e a migração de trabalhadores.

Essa dissertação possui como objetivo geral apresentar o protagonismo dos agricultores familiares do Assentamento Campo Alegre situado no município de Nova Iguaçu – RJ, acentuando a participação do proponente como discente colaborador de um projeto de extensão aprovado pelas Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pró Reitoria de Extensão desenvolvido por seis docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT. O projeto possui o seguinte título “Compreensões e Intervenções No Modo de Vida Rural Metropolitizado do Rio de Janeiro: O PPGDT Vai ao Campo da Baixada Fluminense” este, dentre outras, aborda temáticas inseridas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS elaborados pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Entendendo não ser possível pesquisar a totalidade do assentamento, optou-se por conhecer parte das atividades agrícolas desempenhadas por agricultores de uma das regionais deste território e a participação destes no PAA. Sabendo as principais atribuições do PAA (promoção e a ampliação do acesso a alimentação de qualidade, segurança alimentar, obter benefícios econômicos e sociais para a agricultura familiar), surge a seguinte pergunta norteadora: Como o Programa de Aquisição de Alimentos tem contribuído, desde sua implementação, para a promoção da segurança alimentar e o fortalecimento socioeconômico da agricultura familiar no assentamento Campo Alegre?

Ao passo que programas e políticas públicas possuem em seus escopos algumas exigências para serem acessados, as seguintes perguntas específicas são apresentadas: I) A possível ampliação do PAA no assentamento beneficiaria a economia local? De quais maneiras? II) Como os órgãos públicos atuam em prol das práticas agrícolas nessa localidade? III) Qual o perfil dos agricultores do assentamento e como as mulheres estão inseridas na produção agropecuária?

São apresentadas as potencialidades, fragilidades, forças e fraquezas, por meio de uma análise SWOT⁵. Propôs-se com isso definir o quanto o melhoramento e a inserção de novos atores em um programa dessa magnitude podem transformar e dinamizar aspectos econômicos e sociais em um determinado território.

A referida dissertação possui 03 capítulos em sua estrutura, além desta introdução e as considerações finais.

⁵ SWOT – Essa sigla vem do inglês Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

Dentre os objetivos específicos, o primeiro capítulo discorre sobre como se dá o surgimento das políticas públicas nos Estados Unidos e Europa, utilizando como pressupostos teóricos a autora Celina Souza e na China, através de pensamentos de Elias Jabbour, até suas aplicações no Brasil. São apresentados quais são os novos atores detalhando suas conquistas e são expostos os benefícios das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Compreendendo um período que vai das últimas décadas do século XX até os dias atuais; o segundo capítulo conceitua o PAA no Brasil, seus antecedentes históricos e institucionais, quais as suas modalidades e as que mais se destacam no estado do Rio de Janeiro, além de apresentar as inovações e perspectivas futuras, após o relançamento do programa em 2023. O terceiro capítulo define a área de estudo do Assentamento Campo Alegre, trazendo à luz o que são assentamentos rurais desde o surgimento no Brasil, discorre sobre a agricultura e a luta pela terra na Baixada Fluminense (prioritariamente no município de Nova Iguaçu), apresenta um mapeamento da produção em Campo Alegre, aborda sobre os agricultores familiares já inseridos no programa de aquisição de alimentos e os resultados dessa pesquisa.

A agricultura no Rio de Janeiro se define por peculiaridades interessantes, denotando uma dinâmica rural bem diferente do que é praticada em grande parte do país. Apesar disso, há que se ressaltar a relevância da produção agrícola de regiões como a Serrana, do Norte, do Sul, do Noroeste, da Baixada Fluminense e das áreas periurbanas situadas na capital. Teixeira (2009) reitera que, o esvaziamento das práticas agrícolas no estado do Rio de Janeiro se dá por alguns fatores como: o desenvolvimento desordenado, a deterioração ambiental, perda de terras agrícolas, intensa urbanização e o efeito da metropolização exercida pela cidade do Rio de Janeiro, aumentando as práticas não – agrícolas, tendo o turismo rural como a principal atividade.

Como afirma Marafon (2017), o espaço rural fluminense passa por diversas mudanças associadas à valorização das terras, cada vez mais pessoas oriundas das grandes cidades se instalando nas áreas agrícolas. De certa forma isso contribuiu para a diminuição da produção, pois há um aumento de atividades não – agrícolas.

O campo não pode mais ser visto como sinônimo de área em que se desempenham apenas atividades agrícolas, embora estas mantenham a grande importância em sua dinâmica. Porém, a diversidade de atividades desenvolvidas e de condições sociais, culturais e políticas desse espaço contribui para aumentar a complexidade de seu funcionamento, não representando apenas uma área apenas de produção de bens para os grandes centros urbanos ou abastecimento dos complexos agroindustriais. As atividades diversas e as relações envolvidas no espaço rural hoje são tantas

que não podem sequer ser entendidas como transformações facilmente padronizáveis (MARAFON, 2017, p.109).

O estado do Rio de Janeiro possui sua Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER – RIO, que realiza atividades de apoio para a implementação do PAA e no decorrer do capítulo 2 essas atividades serão discutidas, correlacionando com a efetividade da atuação do órgão público. É possível acessar no site da EMATER – RIO a ferramenta intitulada Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA. Com os dados obtidos pode-se avaliar cada tipo de cultura produzida pelos municípios ano após ano. O que torna o ASPA fundamental na orientação de políticas, práticas e tomadas de decisão (EMATER-RIO, 2024).

Essa pesquisa pode ser caracterizada como uma continuidade dos estudos do proponente, isto é, o mesmo ao longo de sua trajetória acadêmica se dedica à temática rural e possui vivência em atividades em municípios da região metropolitana do estado do RJ. Nascido e criado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais precisamente na Taquara (sub-bairro de Jacarepaguá), sempre se viu envolvido com as questões ambientais e rurais. Gostava muito de plantar mudas de frutíferas e de sua infância traz à lembrança o simbolismo de um pé de abacate que havia no quintal de casa.

Iniciou o curso de Engenharia Agrícola na Universidade Federal Fluminense – UFF, mas por uma série de fatores não o finalizou. Por estar sempre atento às temáticas relacionadas ao rural e a vida no campo, dessa graduação, traz conhecimentos das disciplinas de Sociologia Rural e Extensão Rural. Em 2017, conheceu um assentamento no município de Silva Jardim e a vivência nesta localidade fez despertar ainda mais para as questões sociais e históricas.

Já em 2018, ingressa no curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, integrando desde o primeiro período o Grupo de Trabalho – GT Agroecologia, no qual absorveu temáticas importantíssimas sobre a relação do ser humano com a natureza; os saberes tradicionais; o pertencimento ao território; sobre segurança alimentar e nutricional e sobre políticas públicas.

Um dos motivos de ter se candidatado a uma das vagas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT na UFRRJ, foi que poderia aprofundar mais sobre questões relativas às temáticas do planejamento regional e adquirir maior embasamento em disciplinas como Economia, Administração e Geografia.

Academicamente, a pesquisa apresenta informações relevantes para o leitor das mais diferentes formações, isto é, priorizando uma escrita de fácil acesso a todos níveis de ensino. Que dentre outras questões, cada leitor possa tomar ciência de como programas e políticas públicas efetivos podem transformar a realidade de povos invisibilizados ao longo da história.

Pretende-se ainda que este seja um importante documento orientador para instituições e órgãos. É primordial estudar o rural se complementando ao urbano, sem o viés de que o campo (produção) somente existe para abastecer a cidade (consumo).

Metodologia

As técnicas utilizadas são: pesquisa bibliográfica, abordando o que já foi escrito sobre a temática em: livros; artigos científicos; teses; dissertações e sites oficiais. Dentre os sites oficiais destaca-se o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o do Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro – ITERJ, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, onde fora encontrado referencial bibliográfico relevante. Ocorreu o desenvolvimento da pesquisa documental, o que demandou disponibilidade das fontes pesquisadas, mas também foi utilizado vasto material disponível no Centro de Documentação e Imagem – CEDIM da UFRJ. Para complementar, houve a pesquisa de campo, através de diversas visitas ao assentamento. Esta é apontada como uma ferramenta eficaz para a coleta de dados.

Em consonância com Gil (2008), explorar uma gama ampliada de fenômenos é a principal vantagem da pesquisa bibliográfica. Isso proporciona ao pesquisador uma visão mais abrangente do tema investigado e otimiza o tempo atribuído à pesquisa. Nessa conjuntura, a pesquisa bibliográfica permitiu a elaboração de um arcabouço teórico consistente e respaldado em fontes reconhecidas e confiáveis.

Na visão de Grazziotin, Klaus e Pereira (2022), não se deve confundir pesquisa bibliográfica com revisão de literatura e estado da arte. A revisão de literatura se torna essencial para identificar referenciais teóricos considerados principais. As fontes bibliográficas podem ser utilizadas tanto em pesquisas bibliográficas quanto em pesquisas documentais históricas. Dessa maneira, livros, artigos em periódicos e reportagens diversas com produção autoral podem ser consideradas fontes bibliográficas.

É importante salientar em uma pesquisa a análise documental histórica. Ainda de acordo com Grazziotin, Klaus e Pereira (2022), essa análise é uma perspectiva metodológica constituída como uma das principais maneiras de construção do conhecimento histórico-moderno desde o século XIX. É o procedimento em que o pesquisador não participa diretamente da construção das informações e dos dados analisados, mas circunscreve o que é considerado documento e com que arcabouço epistemológico realiza sua abordagem.

No decorrer da pesquisa de campo, de caráter qualitativo, foi vivenciada a participação junto aos moradores do assentamento, utilizando mais precisamente técnicas baseadas na observação e na alteridade, em conformidade com os propósitos metodológicos de Vergara (1998). A pesquisa de campo é considerada a investigação empírica realizada no local onde ocorreu ou ocorre um fenômeno, como também quando há elementos para explicá-lo. Reiterando que uma pesquisa pode ser tanto um estudo de caso, bibliográfica, documental e de campo, ou seja, elas não se excluem mutuamente.

No dia 18 de maio de 2024, aconteceu a primeira visita ao assentamento e foram identificados alguns sujeitos importantes. Como atividade inicial, foi elaborado um *check list* através da análise SWOT.

Existem duas maneiras de realizar a observação: simples e participante. De acordo com Vergara (1998), durante a observação simples há um certo distanciamento entre o pesquisador e o grupo, um espectador não interativo. E durante a observação participante há um maior engajamento do pesquisador e uma maior interação com o grupo, o que demanda maior disponibilidade e intimidade entre as partes. Entendendo que existiam limitações e prazos a serem cumpridos, optou-se pela observação simples.

A utilização de um questionário em profundidade possibilitou obter a maior relevância para a pesquisa. Questionários, podem ser abertos: pouco ou não estruturados ou fechados: estruturados. É importante salientar que todo respondente teve acompanhamento durante a aplicação em dia e horário definidos, de preferência nos encontros dos associados ou outros eventos (VERGARA, 1998). Foi elaborado um questionário sem as chamadas perguntas sugestivas, para evitar influenciar as respostas obtidas. A aplicação do questionário compreendeu os meses entre outubro de 2024 e abril de 2025, mesmo que pudesse haver algum tipo de mudança.

Se fez necessário definir o universo e a amostra dessa pesquisa. Ressaltando que o universo no caso é a totalidade do assentamento rural, mas a amostra foi definida e se limitou a um grupo específico, os produtores residentes na regional Mato Grosso identificando os sujeitos (VERGARA, 1998). Sabendo que dessa regional, 21 agricultores familiares possuíam a antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e atualmente Cadastro da Agricultura Familiar – CAF, foi aplicada a fórmula de amostragem divulgada por Oliveira e Grácio (2005) e, foi anteriormente utilizada em outro estudo realizada por São Sabas (2021):

$$n = \frac{N*n0}{N+n0} \quad (1)$$

Onde:

n = número de indivíduos da amostra;

N = tamanho da população;

O n_0 foi obtido a partir da equação $n_0 = \frac{1}{E^2}$ (2)

O “ E^2 ” refere-se ao valor do erro amostral de 10%. Daí:

Temos que $n_0 = \frac{1}{(0,1)^2} = 100$ e $n = \frac{21 \cdot 100}{21 + 100} = 17,3 \quad n \cong 17$.

Isto é, a população amostral necessária para a pesquisa foi de 17 agricultores familiares, portanto a aplicação de 17 questionários. Dentre os convidados para responder aos questionários, estiveram os produtores que já participam do PAA, mas também aqueles que não participam e as lideranças locais. Todos são moradores da regional Mato Grosso.

Foram também elaborados e aplicados questionários específicos junto às secretarias de agricultura e meio ambiente e de assistência social do município. Para Gil (2008), utilizar entrevistas é uma das técnicas mais utilizadas em Ciências Sociais e possui diversas vantagens, como obter dados dos mais diversos aspectos da vida social. Sendo esses dados suscetíveis de classificação e quantificação.

Foi realizado o tratamento dos dados coletados entre os meses de fevereiro e abril de 2025.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A partir de um recorte temporal, são apresentadas neste capítulo o que são e como surgem as políticas públicas, acentuando a importância da participação para a elaboração. Com forte atuação dos movimentos sociais em um período marcante da história brasileira (redemocratização), diversas políticas passaram a ser mais específicas e direcionadas. Há uma virada de chave na forma de pensar o desenvolvimento rural, isto é, valorizando o protagonismo da agricultura familiar.

1.1 – Um breve histórico sobre Políticas Públicas, exemplos praticados no Brasil e reflexões sobre Capital Social.

Segundo Souza (2006), a política pública como área do conhecimento e disciplina acadêmica tem seu surgimento nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, onde a área da política pública surge através de trabalhos sobre o papel do Estado, na figura do governo, como sendo o produtor de políticas públicas. Em 1948, Robert McNamara a introduz no governo dos Estados Unidos, estimulando a criação de uma organização não-governamental intitulada RAND Corporation⁶ financiada com recursos públicos.

A área das políticas públicas tem em seu escopo as figuras de quatro “pais” fundadores: H. Laswell, introdutor da expressão *policy analysis*⁷ nos anos 1930, aliando conhecimento científico com as ideias do governo; H. Simon, que inseriu na década de 1950 o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos; C. Lindblom, o qual questionou o racionalismo de Laswell e Simon, propondo a inclusão de mais variáveis para a formulação e análise de políticas públicas e, por fim, D. Easton, responsável por afirmar que a política pública poderia ser enxergada como um sistema, isto é, formulação, resultados e o ambiente relacionados (SOUZA, 2006).

Traz um resumo interessante da definição para política pública:

(...) política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso

⁶ RAND Corporation – Fundada nos Estados Unidos em 14 de maio de 1948, é uma instituição sem fins lucrativos que produz pesquisas e recomendações contribuindo com a sociedade e políticas públicas.

⁷ Policy analysis – A autora apresenta a tradução dessa expressão como a análise de política pública (SOUZA, 2006).

dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

A autora discorreu sobre os modelos de formulação e análise das políticas públicas apresentados a seguir, porém essa dissertação se baseia exclusivamente nos considerados mais relevantes para o objetivo proposto. A seguir, estão exemplificadas, somente a nível de conhecimento, os modelos apresentados por Souza (2006).

- O tipo de política pública ou tipologia de Lowi;
- Incrementalismo;
- O ciclo da política pública;
- O modelo *garbage can* ou “lata de lixo”;
- Coalizão de defesa;
- Arenas sociais.

A tipologia de Lowi deduz que a política pública é quem faz política e assume quatro formatos: distributiva, regulatória, redistributiva e constitutiva. Para o seu desenvolvedor, Theodor Lowi, cada tipo de política pública encontra diferentes formas de apoio e rejeição, passando por arenas diferenciadas (SOUZA, 2006). Ou seja, políticas públicas elaboradas para uma parcela específica da sociedade tendem a ser mal interpretadas e boicotadas por grupos não favorecidos.

O Programa de Aquisição de Alimentos, pode ser conceituado como uma política pública de caráter intersetorial, voltada à promoção do direito humano à alimentação adequada e ao fortalecimento da agricultura familiar. Foi uma ação governamental capaz de articular os setores de desenvolvimento social, agricultura, segurança alimentar, assistência social e economia solidária, operando por meio de mecanismos descentralizados e participativos de intervenção estatal.

Para Souza (2006), o modelo ciclo da política pública é deliberativo e formado por vários estágios. Dessa maneira, é possível caracterizá-lo também como uma tipologia a qual se enquadra o PAA. Durante o ciclo são expostas as etapas para a manutenção e o aperfeiçoamento (ou extinção) das políticas implementadas. Este programa ao longo desses mais de vinte anos do seu lançamento passou por diversas transformações, fundamentais para a sua evolução.

Ciclo do Programa de Aquisição de Alimentos:

- Formulação: fruto de pressões de conselhos e movimentos sociais, em diálogo com o governo federal no contexto do Fome Zero.
- Implementação: por múltiplos executores (CONAB, estados, municípios), com diferentes modalidades operacionais.
- Avaliação: por meio de conferências, seminários e balanços periódicos.
- Reformulação: adaptações normativas e orçamentárias ao longo do tempo ilustram um caráter dinâmico da política.

Com uma dinâmica distinta dos contextos ocidentais já apresentados, Jabbour (2019) demonstra como a China se notabilizou através de um modelo específico de pensar e executar políticas públicas em seu território, um modelo conhecido por socialismo de mercado, caracterizado por forte presença do Estado na economia, combinando estrategicamente setores públicos e privados. Esse modelo só se tornou possível a partir de um período de transformações ocorridas em território chinês, pós Maoísmo⁸.

Dialogando acerca do modelo chinês, Cassiolato (2015), reforça sobre a atuação estatal, isto é, o Estado é fundamental para o sucesso das políticas de caráter sistêmico implementadas. Essas políticas mantinham-se alinhadas a um projeto de desenvolvimento pautado em programas científicos e tecnológicos. Assim como Cassiolato (2015), Jabbour (2019) defende que o modelo chinês, uma abordagem própria que diverge dos sistemas neoliberais, busca alavancar avanços tecnológicos e científicos a fim de atingir um crescimento econômico e sustentável. É possível ainda destacar em Jabbour (2019) o planejamento e o desenvolvimento territorial chinês, ou seja, estratégias para reduzir as desigualdades e alto investimento em infraestrutura e políticas sociais. Dessa forma há capacidade de mitigar os efeitos negativos do crescimento acelerado.

Apresentar o modelo chinês e compará-lo aos modelos ocidentais traz diversas razões interessantes, principalmente porque enriquece a compreensão sobre o que são políticas públicas e como estas podem ser formuladas, implementadas e avaliadas em diferentes contextos. Os autores apresentados, demonstram o quanto o modelo chinês é baseado no poder estatal e a baixa participação cidadã. Um contraste em relação os modelos ocidentais, com maior participação social e pluralismo político.

⁸ Possui essa definição por seguir os princípios de seu líder, Mao Tse Tung. Essa era perdurou na China entre os anos de 1949 e 1976 e baseava-se em um modelo comunista.

Do ponto de vista epistêmico, esse debate possui ainda maior peso, afinal boa parte das teorias sobre políticas públicas permanecem baseadas em autores e experiências europeias e estadunidenses. Indo de encontro a esse pensamento que supervaloriza as práticas ocidentais, Santos (2010) apresentou o conceito de “epistemologia do sul”, que afirma a existência de saberes e práticas emancipatórios a partir de países do sul global. Tal conceito, exalta a importância do modelo chinês em fomentar políticas públicas, com todas as suas características e legitimidades frente às teorias dominantes.

Ao se analisar políticas públicas a nível Brasil, Frey (2000), afirma que a *policy analysis* em países do sul global precisa ser adaptada às peculiaridades socioeconômicas e políticas dessas sociedades, pois os conceitos foram elaborados para a realidade de países industrializados. Ainda segundo Frey (2000), as quatro formas de se produzir políticas dialogam com a tipologia de Lowi e são capazes de resolver conflitos políticos:

- Políticas distributivas: caracterizam-se pelo baixo grau de conflito dos processos políticos, isto porque teoricamente só distribuem vantagem e sem custos;
- Políticas redistributivas: possuem características diferentes, pois são orientadas para o conflito. O processo político com o viés de redistribuição costuma ser polarizado;
- Políticas regulatórias: as que atuam com ordem e proibições, decretos e portarias;
- Políticas constitutivas ou estruturadoras: aquelas que determinam as regras do jogo e consequentemente a estrutura dos processos e conflitos políticos, ou seja, as condições de como as distributivas, redistributivas e regulatórias estão sendo negociadas.

Em Costa (2016), o conceito de políticas públicas pode se confundir com a noção de Estado, mas não se deve generalizar qualquer ação do Estado como sendo uma política pública. “(...) porque as Políticas Públicas são operadas pelo Estado em direção à sociedade, mas a sociedade precisa existir antes das Políticas Públicas começarem a funcionar” (COSTA, 2016, p.138). Ainda na visão do autor, grupos sociais e econômicos lutam pela conquista do poder do Estado, e as políticas públicas são o reflexo dessa natureza conflitiva de cada sociedade. “Não adianta discutir o conceito de política pública independente das realidades sociais e históricas, culturais e identitárias de cada sociedade. Cada sociedade tem uma história própria, que traz desafios diferentes” (COSTA, 2016, p.143). Disto isto, não se pode comparar a realidade vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais viventes do sul global com a dos que estão no hemisfério norte, por exemplo.

Seguindo o raciocínio de que cada sociedade possui sua realidade, Costa (2016) apresenta, de forma breve, o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil. O autor afirma

que a discussão sobre o tema foi tardia no país, mas isso se deve ao fato de que o Estado brasileiro teve um processo de construção tardio e complexo, onde a consolidação do poder territorial não está completamente realizada.

Um outro ponto destacado pelo autor supracitado em relação à realidade brasileira é a grande extensão territorial do país e as desigualdades encontradas nos estados, frisando a densidade demográfica.

(...) Rondônia é do tamanho do estado de São Paulo (237 mil contra 248 mil km²) e tem dois milhões de habitantes, enquanto São Paulo tem quarenta milhões (...). A primeira coisa a se destacar é a natureza extremamente heterogênea das Políticas Públicas quando a gente olha para o território brasileiro, para a sociedade brasileira (COSTA, 2016, p. 145).

Se é impossível comparar a realidade entre hemisférios, fica evidente que muitas vezes não se pode compará-la nem entre estados de um mesmo país.

Secchi (2014) realiza uma importante análise sobre a falta de consenso em se conceituar política pública, isto é, há uma disparidade nas respostas a três questionamentos básicos. O primeiro deles refere-se aos atores responsáveis pela elaboração de políticas públicas, pois de um lado há os que defendem o monopólio do Estado nessa ação, de outro há uma defesa da elaboração primando pela abordagem multicêntrica, levando em consideração a atuação de organizações privadas, organizações não-governamentais, organismos multilaterais entre outros.

Como segundo questionamento levantado por Secchi (2014) tem-se a omissão ou negligência diante de um problema público, ou seja, se isso também é considerado uma política pública. A forma como um governo lida com a negligência e omissão a problemas públicos, seria uma forma de produzir política pública. Existem diversos exemplos que poderiam enfatizar essa questão, mas para manter o foco na temática dessa pesquisa fica a seguinte reflexão no ar, dialogando com as ideias de Secchi (2014): se há tanta terra improdutiva no país e muitas pessoas sem ter o que comer e sem onde morar, não seria interessante o governo pensar em políticas de redistribuição da terra?

Corroborando com esse pensamento de Secchi (2014), Maricato (2003) apresentou algumas reflexões sobre as desigualdades e a segregação vivenciadas nas cidades brasileiras desde o processo de urbanização do início do século XX. “Destaca-se o papel da aplicação da lei para a manutenção de poder concentrado e privilégios, nas cidades, refletindo e ao mesmo tempo promovendo, a desigualdade social no território urbano” (MARICATO, 2003, p.151).

Ainda de acordo com Maricato (2003), a partir dos anos 1980 houve um crescimento das periferias urbanas e isso representou a mais concreta segregação espacial ou ambiental em

imensas regiões onde a pobreza era vista de maneira uniforme. Reforçando o fato de as autoridades brasileiras tolerarem às ocupações irregulares de terras:

Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade (MARICATO, 2003, p.157).

Fica expressivo nesse trecho descrito por Maricato (2003) o quanto seus pensamentos dialogam com o de Secchi (2014). O fato de os governos permitirem as ocupações irregulares é uma maneira de “disponibilizar” habitação para a parcela mais vulnerável da sociedade.

O terceiro questionamento apresentado por Secchi (2014) traz à tona a atuação da política pública. Enquanto outros autores seguem uma linha de apenas considerar as diretrizes estruturantes como políticas públicas (como por exemplo os programas), este considera um posicionamento excludente e afirma que as políticas públicas além de possuírem nível estratégico, possuem nível intermediário e operacional. Valorizando o local e o regional.

Mantendo a linha das formas de políticas públicas onde é método é não realizar absolutamente nada, tão bem definidos em Secchi (2014) e Maricato (2003), Mbembe (2016) apresenta o conceito de *Necropolítica*, que em linhas gerais representa a soberania e a concentração de poder ditando quem permite-se viver e quem deve morrer. O autor se preocupa com as formas de soberania onde ocorre a instrumentalização generalizada da existência e a destruição material dos corpos humanos e populações através de projetos políticos, os chamados Estados de exceção.

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações”. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. (...) experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade (MBEMBE, 2016, p.125).

A necropolítica é uma realidade no Brasil, salvo raríssimos momentos. Na história recente, o ano de 2019 com o início de um novo governo, diversos programas e políticas públicas foram extinguidos, por exemplo. Evidenciando assim o projeto político tão almejado por uma parcela da população contrária ao bem-estar social.

Uma outra maneira dos governantes implementarem políticas públicas, tão difundida nos municípios brasileiros e que dialoga com o que aqui já foi apresentado é a chamada

urbanização periférica, tendo o Programa Minha Casa, Minha Vida como um dos melhores exemplares. No programa foram disponibilizadas moradias, mas nenhum outro tipo de infraestrutura era incluído, originando os famosos vazios urbanos. Uma forma de afastar as populações mais vulneráveis das cidades. Segundo Moreira (2016), o Programa Minha Casa, Minha Vida representou a construção de habitações em desconexão com políticas reguladoras do uso do solo, como os Planos Diretores.

É apresentada a seguinte definição:

A expressão “vazios urbanos” remete ao sentido de ausência, ausências de múltiplas ordens associando-se, a princípio, às discontinuidades, a espaços residuais no tecido urbano, atribuídos ao processo capitalista permanente de construção e reconstrução da cidade (...) podem estar localizados tanto em áreas centrais como em áreas periféricas (BELTRAME, 2013, p.115-116).

Trazendo para a temática desta pesquisa, é relevante, pois está baseada em um assentamento rural situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro vivenciando a dinâmica de conflitos por terra, a falta de infraestrutura e o descaso por parte dos governantes.

Para Lencioni (2013) o grande desafio é pensar políticas públicas de intervenção ao espaço capazes de criar possibilidades efetivas no sentido de promover o direito à cidade.

A cidade é cada vez menos pensada como um todo. Isso traz um grande desafio quando a questão é de se pensar as políticas públicas de intervenção no espaço. Políticas essas que possam criar possibilidades de intervenções efetivas que caminhem na direção oposta da qual temos visto, na direção do direito à cidade (LENCIONI, 2013, p.32).

Em Calmon (2012), é afirmado que políticas públicas em geral são implementadas pelos governos, porém podem ser resultados de iniciativas de outros atores sociais, ou seja, são construções sociais. Ao falar em construção social presume-se diálogos coletivos. As políticas públicas são produtos de interações sociais e os movimentos sociais (será exposto ao longo do capítulo) possuem papel fundamental nas conquistas coletivas.

Fazendo um paralelo com Bordenave (1994), o autor afirma que apesar de ser uma necessidade não tão básica do ser humano, o socializar com seus semelhantes é extremamente satisfatório. O autor enxerga a construção social como participação e a divide em duas categorias: micro, quando há associação de duas pessoas ou pequenos grupos envolvidos em atividades benéficas para aquele todo e macro, quando os chamados processos dinâmicos constituem e definem as sociedades. A solidificação de uma sociedade participativa passa por entender essas duas características de participação.

Tanto as interações sociais definidas por Calmon (2012) quanto a construção social afirmada por Bordenave (1994) permitem refletir sobre o capital social ou conjunto de normas,

instituições e organizações que promovem confiança e cooperação entre as pessoas, muito bem descrito por Durston (2000).

Durston (2000) reitera que o capital social pode ser construído direta ou indiretamente, através da sinergia entre governos e organizações privadas. E ainda na visão desse autor, o empoderamento é importantíssimo para igualar as oportunidades entre os atores sociais, isto é, transformar os excluídos em protagonistas.

Contribuindo para o bem comum, segundo Durston (2000), tem-se o capital social comunitário. Fazendo emergir um capital social engajado, capaz de superar a pobreza e a exclusão política, é uma interessante alternativa para grupos camponeses não articulados.

Pensando no tema principal dessa pesquisa, o Programa de Aquisição de Alimentos pode ser definido como uma conquista com a participação efetiva das bases populares ao custo de incontáveis discussões e articulações.

Dialogando com Demo (2009), a participação da sociedade frente a classe dominante é o caminho. Ponto de profunda relevância ideológica e de concepção do processo de participação, é o entendimento para que exista participação correta e real tem que haver abalos das estruturas da desigualdade, e com isso, modificar as costumeiras políticas sociais de governos, que são incorporadas ao Estado, mas que se desvelam em políticas públicas regadas por caráter compensatório, cheias de assistencialismo e de tutelas mantidas pela classe dominante. Apregoa o autor que a “(...) liberdade só é verdadeira quando conquistada. Assim também é a participação” (DEMO, 2009, p.23).

1.2 – A redemocratização e as conquistas a partir dos Movimentos Sociais.

O processo de redemocratização do Brasil culminou com a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Dentre questões importantes, esta vislumbrou garantir o direito à liberdade de expressão e pensamento a cada indivíduo, pois durante o regime militar, qualquer manifestação contrária ao governo era rapidamente cerceada e os responsáveis punidos (GOMES, 2020).

Medeiros (2021) reforça que a década de 1980 ficou marcada pelo crescimento de lutas sociais e é quando ocorre o reconhecimento de novos atores no país, recolocando a questão agrária em pauta.

Não se tratava de luta contra o latifúndio atrasado (embora às vezes fosse assim nomeada), mas o resultado de uma reconfiguração de atores e de formas de lutas produzidas num novo contexto social, de intensa modernização, com

crescente integração entre agricultura e indústria e intensa valorização de terras que passam a ser objeto de investimento tanto produtivos, quanto visando atividades turísticas ou expansão urbana (MEDEIROS, 2021, p.04).

Após a Constituição de 1988, as lutas se ampliaram e passou-se a utilizar a Carta Magna para reivindicar ainda mais direitos. O Estado começa a ser visto de uma forma mais heterogênea, possibilitando o diálogo e a formatação de políticas públicas que atendessem a demandas variadas (MEDEIROS, 2021).

Manifestações massivas como Gritos da Terra, Marcha dos Sem-Terra, Marcha das Margaridas, ocupações do Incra e de prédios públicos, mobilizações indígenas passaram a marcar o cenário político nacional, numa combinação de pressão e negociação. Dessas iniciativas resultaram políticas que marcaram os anos 90 e início dos anos 2000 (MEDEIROS, 2021, p.05).

A afirmação política da agricultura familiar provocou rearranjos no sindicalismo rural e nas políticas públicas (MEDEIROS, 2021). Para Teló (2024), as políticas de reparação só serão enxergadas e, conseqüentemente, implementadas pelos órgãos responsáveis, se os movimentos sociais utilizarem mecanismos efetivos de mobilização e engajamento da sociedade. Essa é a maneira correta de se incluir na legislação as especificidades de diferentes realidades, incluídas as do campo.

O Estado brasileiro deve apoiar as medidas de reparação coletiva para as comunidades camponesas através da reforma agrária, conforme indicou a Comissão Nacional da Verdade – CNV em seu relatório final, promovendo a recuperação ambiental de terras degradadas (TELÓ, 2024).

Boff (2024) reforça essa questão quando afirma que os problemas globais se devem à atividade humana predatória que ocorreu ao longo do século XX. Com isso, deve-se assumir a culpa e adaptar-se à nova realidade, a fim de mitigar os efeitos, principalmente os que atingem as parcelas mais pobres.

Observa-se então o protagonismo dos movimentos sociais, porém quais seriam esses? Segundo Gehlen e Mocelin (2009), os movimentos sociais são processos e/ou fenômenos sociais, políticos, culturais e históricos. Gohn (1995) vai mais além, apresentando a expressão novos movimentos sociais:

Expressão cunhada na Europa, (...) e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho (GOHN, 1995, p.44).

Os novos movimentos sociais segundo Gehlen e Mocelin (2009) estão mais relacionados às dimensões da identidade, com um viés mais voltado para si e com as

preocupações mais direcionadas para o seu território. Pode-se afirmar que isso se articula muito bem com as aspirações dos povos tradicionais, onde está inserida a agricultura familiar.

Os movimentos sociais contribuíram intensamente nos avanços da cidadania na sociedade brasileira (GEHLEN; MOCELIN, 2009) e, ainda segundo os autores:

Nos anos 1960, o estudo dos movimentos sociais ampliou-se por meio de várias teorias, devido a três fatores. O primeiro fator foi a emergente visibilidade dos movimentos sociais enquanto fenômenos históricos concretos na sociedade. O segundo fator foi o desenvolvimento de teorias sobre a ação social, com ênfase maior sobre os atores do que sobre a estrutura da sociedade. O terceiro fator a ser destacado foi o deslocamento, nas análises sociológicas, do foco de interesse analítico do “Estado-Nação” para “sociedade civil” (GEHLEN; MOCELIN, 2009, p.68).

Percebe-se que apesar de algo árduo, a atuação dos movimentos sociais em prol do coletivo tem sido exitosa ao longo do tempo. Dentre outras nuances, destaca-se a importância da organização em um mesmo interesse.

Ricci (2001) pontua que a década de 1990 é marcada pela afirmação de movimentos sociais nos rincões⁹ do país, ou seja, a maioria desses movimentos que estavam situados no meio rural, se baseavam nas populações do território e não mais dependentes de instituições que os atendessem.

A cristalização dessas áreas deficitárias (do ponto de vista dos investimentos públicos e privados) ocorre mais frequentemente no meio rural, obrigando as populações desfiladas a reorganizarem os espaços públicos. Em outras palavras, o afastamento do Estado e o aumento de concorrência econômica impelem tais populações a redefinirem – e muitas vezes, construir – novos mecanismos de controle social e gestão pública. Os tradicionais códigos morais parecem ser o pano de fundo para a reconstrução de laços comunitários, agora superando seu papel de referência para as relações privadas, invadindo os espaços públicos e constituindo-se em energia moral para a constituição de laços sociais (RICCI, 2001, p.06).

Abramovay (2000) reforça esse pensamento dos movimentos sociais no meio rural e o quanto isso auxiliou no desenvolvimento dos territórios. A montagem de redes permite ações cooperativas capazes de conquistar bens públicos como educação, saúde e informação – enriquecedores do tecido social de determinada localidade.

“A sociedade brasileira não tem dado a devida atenção a um processo molecular – incipiente, é verdade – de tomada de consciência e de organização que pode abrir o caminho para uma nova relação com o seu meio rural” (ABRAMOVAY, 2000, p.02). Com essa afirmação o autor não só confirma, mas apresenta uma realidade, grande parte da população brasileira desconhece as lutas e conquistas dos povos que vivem no meio rural.

⁹ Rincões – plural do substantivo masculino que pode ser definido como lugar afastado; longínquo; recanto.

Para Silva, Antoniazzi e Novak (2019), políticas públicas específicas para o meio rural constituem importantes alternativas para evitar o êxodo rural e fortalecer a agricultura familiar, na visão destes, produtora de alimentos para a sociedade. “(...) a Agricultura Familiar tem se colocado como instrumento importante para garantir a sustentabilidade social e ambiental” (SILVA; ANTONIAZZI; NOVAK, 2019, p.69).

Conforme Marcuzzo e Ramos (2004), existem linhas que defendem a importância do meio rural para o desenvolvimento urbano assim como a de que o crescimento urbano impulsiona o desenvolvimento rural. E a maneira que há o crescimento das cidades, cada vez mais elas necessitam de um meio rural produtivo para dar conta do abastecimento de suas demandas.

As conquistas dos povos do campo, seja através da proliferação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, criação de centenas de Secretarias Municipais de Agricultura, formação de assentamentos e o fortalecimento de uma política agrícola fazem parte de um movimento que o país mal conhece (ABRAMOVAY, 2000).

Concordando com Rosa, Penna e Carvalho (2020), há uma importante abordagem do que foi a cooperação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA junto aos movimentos sociais. Após a redemocratização, a autarquia passa a não ter mais elos com os instrumentos repressores, ampliando o diálogo com organismos populares tais como: sindicatos, associações e entidades religiosas.

Em prol dos movimentos sociais rurais, o final da década de 1990, solidifica no Brasil a Via Campesina¹⁰. Picoletto (2007) reforça que a seção brasileira da Via Campesina passa a articular diversos movimentos adotando a identidade internacional de *camponês* com o intuito de solidificar as bases. Essa é uma tática interessante de resistência à exclusão social alinhada aos princípios agroecológicos.

(...) os movimentos ligados a Via Campesina fazem trabalhos para fomentar e difundir a agroecologia no Brasil. Por meio de campanhas de conscientização e publicações de cartilhas, os movimentos incentivam os pequenos agricultores, os assentados e acampados de todo o Brasil a utilizarem a agroecologia como alternativa de produção ao modelo agrícola promovido pelo latifúndio. (...) No Brasil, a Via Campesina tem promovido campanhas pela preservação das sementes, incentivando a produção de “sementes agroecológicas” e realizado eventos demonstrativos visando evidenciar a diversidade de material genético que os camponeses possuem e que considera que deve ser preservado (PICOLOTTO, 2007, p.53).

¹⁰ Via Campesina – Fundada em 1993, a Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo mundo.

Estratégias contra hegemônicas auxiliam no fortalecimento desses grupos e são maneiras de não dissolver tradições. São ainda respostas aos mercados globalizados que impõem o que as populações devem produzir e consumir. Associado a esses mercados, Santos (2000) definiu por *agricultura científica globalizada*, uma maneira homogênea de se praticar a agricultura moldada ao capitalismo.

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se um importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas as condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transporte e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização (SANTOS, 2000, p.43-44).

As ações de resistência frente às grandes organizações capitalistas permanecem como maneiras de enfrentamento e mais uma vez há que se destacar o papel dos movimentos sociais. Scherer-Warren (2008) chancela essa questão e assim como Picolotto (2007) destaca a relevância da rede da Via Campesina.

Em 2004, foi realizada a IV Conferência Internacional da rede, no Brasil (Itaci/SP), sob o lema: “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”. Os temas da soberania alimentar, das sementes transgênicas e da reforma agrária foram centrais. Representantes de organizações camponesas de 80 países compareceram, dentre as quais 18 países da América Latina e Caribe (SCHERER-WARREN, 2008, p.509).

Eventos com essa temática são de suma importância nos debates democráticos e para que reivindicações venham a se tornar pautas políticas. É relevante trazer para o debate o papel dos movimentos de mulheres rurais segundo Gehlen & Mocelin (2009). Tais movimentos são baseados nas mulheres trabalhadoras rurais e têm seu início na década de 1980, quando o protagonismo feminino aumentou no campo. Historicamente as mulheres eram subordinadas aos homens, inclusive em situações de sucessão. Outro ponto bastante debatido era o da divisão de tarefas, isto é, as funções das mulheres no meio rural não tinham o devido valor, apesar de essas acumularem duas ou até três jornadas: seja cuidando da lida no campo; das tarefas domésticas; dos filhos e dos maridos.

Apoiado pela Igreja Católica e de outros movimentos sociais, o movimento de mulheres rurais organizou e pautou suas demandas vinculadas às questões de gênero e de participação, incluindo política, na sociedade. Uma das principais reivindicações do movimento das mulheres rurais foi a do reconhecimento como produtoras rurais e com todo tipo de benefícios (PAULILO, 2020). É oportuno destacar a participação das mulheres no Assentamento Campo

Alegre, em visitas realizadas ficou evidente o protagonismo dessas e o quanto são importantes para a comunidade. No desenvolver do capítulo três isso será mais bem exposto.

Outro aspecto bastante significativo sobre os movimentos sociais rurais é o dinamismo dos jovens. Conforme dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE (2020), cerca de 6,7 milhões de pessoas têm entre 16 e 32 anos no meio rural brasileiro.

Na literatura observa-se uma corrente entre diversos autores de que esse jovem rural não se interessa pela sucessão no campo, muitas vezes iludido com as perspectivas de uma vida melhor nas zonas urbanas, muito por falta de oportunidades e mínimas condições de vida. Por outro lado, há uma parcela da população jovem que mantém suas raízes fincadas na terra e engajada em pautas emancipatórias.

De acordo com Monteiro *et al.* (2024), diversos estudos com o intuito de investigar a sucessão na agricultura familiar foram produzidos nos últimos vinte anos, com maior destaque para os realizados na Região Sul e foram constatadas dificuldades preocupantes para assegurar a reprodução social de unidades produtivas nesse segmento. A diferença entre gêneros, a falta de planejamento sucessório e a escassez de políticas públicas para os jovens são questões que interferem na perspectiva de permanência no campo (MONTEIRO *et al.*, 2024).

Para Puntel, Paiva e Ramos (2011), por mais que o meio rural brasileiro tenha vivenciado diversas transformações tecnológicas na história recente, muitas regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado. Sem qualidade de vida ocorre uma reorganização das relações sociais e a expulsão dos trabalhadores rurais do campo, os jovens rurais cada vez mais buscando melhores condições nos centros urbanos.

Na contramão disso, foi confeccionado pela CONTAG¹¹, um documento baseado em eixos que envolvem entre outros: democracia e participação popular; esporte e lazer; agricultura sustentável e resiliência às mudanças climáticas, que traz esperança para a juventude rural brasileira (BUFON, 2023).

1.3 – Da articulação das Ligas Camponesas ao protagonismo do MST.

Ao longo do século XX, diversos grupos e coletivos atuaram pelas minorias no campo brasileiro frente à elite agrária que, como já é sabido, detém a maior parte das áreas agricultáveis

¹¹ CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e teve sua criação em 1963.

desse país. De acordo com Silva (2014), entre as décadas de 1950 e 1960 em regiões do Nordeste¹² onde havia uma grande mobilização de trabalhadores rurais insatisfeitos, surgem as Ligas Camponesas. Essas possuem muito destaque em relação às lutas, mas não se pode esquecer das atuações das ligas em processos formativos políticos e educacionais. Entre os mais exitosos destaca-se o trabalho educativo de Paulo Freire¹³ por diversas regiões do Brasil.

Por mais que nessa época houvesse alguma atuação do Estado no rural, um dos principais problemas de ordem social não tinha como ser estancado, o êxodo rural. Não existia nenhuma valorização ao campesinato e as pessoas migravam para os grandes centros urbanos. A história mostra que esses retirantes ajudaram a formar as mais conhecidas favelas situadas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo. Inclusive esses locais acabaram se tornando mantenedores de tradições agrícolas (GARCIA; PALMEIRA, 2000).

Segundo Garcia e Palmeira (2000), as mais recentes ações do Estado brasileiro, as já mencionadas políticas públicas direcionadas que de alguma forma valorizaram a agricultura familiar, foram ações sociais importantes, mas nada que tivesse o efeito transformador de uma reforma agrária.

Se antes lutava-se por terra, as demandas iam se atualizando conforme as conquistas aconteciam. A Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma organização social de apoio, juntamente com os movimentos e as ligas originou um elo em prol do resgate e conservação da tradição e cultura dos povos. Indígenas, quilombolas, camponeses assentados, povos das florestas e das águas, enfim, grupos por anos sobrevivendo no ostracismo e que passam a enxergar novas perspectivas a partir da Constituição Federal de 1988. Os povos tradicionais vivenciam a agricultura de uma forma ímpar, o conhecido modo de vida agroecológico, primordial para a nossa continuidade (GARCIA; PALMEIRA, 2000).

Nascida em junho de 1975, durante a ditadura militar, a CPT foi uma resposta à grave situação vivenciada pelos trabalhadores rurais, principalmente na Amazônia. Ligada à Igreja Católica e o vínculo junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB foi um braço para a atuação da CPT em meio a um período de alta repressão. É importante evidenciar o exercício da Pastoral da Terra no combate ao trabalho análogo à escravidão ao longo da sua trajetória. No site da organização é possível acessar documentos sobre os corriqueiros e cada vez mais vigentes conflitos no campo brasileiro. Intitulado Centro de Documentação Dom

¹² Principalmente no estado de Pernambuco.

¹³ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis em todo mundo. É o patrono da educação brasileira.

Tomás Balduino, é uma espécie de repositório com os relatórios de registros dos conflitos, atualizado ano após ano (CPT, 2024).

Gomes (2023) reforça a atuação da CPT como mediadora de conflitos agrários e promotora da mobilização camponesa, dialogando com a fé cristã e os princípios da justiça social. Pode-se afirmar que a CPT auxiliou na criação de comunidades camponesas e nos fortalecimentos de pautas perante o poder público na Baixada Fluminense e isso está mais bem explanado no capítulo 3.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST surge com o apoio da CPT. Ambos com ideologias semelhantes e o movimento se notabilizando pela ocupação de terras improdutivas em busca de uma reforma agrária, mesmo que de uma forma mais impactante. Isso é o que afirma Fernandes (2000):

(...) nos últimos 20 anos, as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra. Desde o começo da derrocada dos governos militares, esta forma de luta pela terra tem se intensificado, resultando em milhares de assentamentos rurais por todo o Brasil e determinando essa realidade que chamamos hoje, incorretamente, de reforma agrária (FERNANDES, 2000, p.19).

Ainda de acordo com Fernandes (2000), o MST tem seu início na década de 1980, quando os trabalhadores rurais passam a vivenciar experiências de ocupação de terras em estados do Sul, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul. O MST ao longo do tempo foi buscando sua autonomia e isso foi seu diferencial em relação aos outros movimentos.

Enfatizando o discurso de Fernandes (2000), Medeiros (2001) expõe que a ação do MST ao longo dos anos 1980 e 1990 apresentou diversas facetas que implicaram na produção de fatos políticos¹⁴ como no trabalho cotidiano de fortalecer os assentamentos. Na esfera produtiva foram criadas diversas cooperativas, apresentou lideranças na política e o movimento se expandiu para outras regiões. Os meios de comunicação ajudaram a legitimá-lo junto à opinião pública. Scherer-Warren (2008) reforça que as tecnologias como internet e rádios comunitárias atuam como facilitadores na difusão de narrativas e ideários devido seu poder de alcance, mesmo sabendo que a força de um movimento social está na sua capacidade de organização e mobilização.

Gohn (2003) define que o MST teve três momentos distintos: I) de 1979 a 1985, período em que se baseou na luta pela terra e pela reforma agrária; II) de 1985 a 1988, quando o movimento se consolida em sua abrangência nacional e articulado nos estados e III) de 1988 a 1996, seguindo o lema de “ocupar, resistir e produzir”. Ainda para a autora, o movimento tem

¹⁴ As ocupações do movimento envolveram milhares de pessoas.

por característica o enfoque na produção de alimentos e em um programa educacional autoral. Isso pode ser comprovado até os dias atuais, seja pelo destaque em produtos orgânicos ou pelas escolas e universidades do campo espalhadas pelo país.

Os índices de evasão escolar no campo sempre foram alarmantes e é notório, faltam mais políticas de Estado para aprimorar a educação básica em áreas mais remotas. Atrelado a isso, Bicalho (2007) enfatiza a proposta educacional do MST.

A produção crítica do conhecimento nas escolas do campo está atrelada à construção de valores, tais como: a convivência social, a valorização da realidade de vida dos sujeitos e suas práticas cotidianas. A terra; a luta; o trabalho; o embelezamento; a cultura; a vida; a bandeira do MST; o estudo; a solidariedade; a participação e a Identidade do Ser Sem Terra fazem parte desses valores defendidos pelos movimentos sociais no campo. (...) A escola, nesse sentido, pode proporcionar reflexões que eduque e contribua para apontar caminhos de uma realidade mais humana para as diversas populações do campo (BICALHO, 2007, p. 02-03).

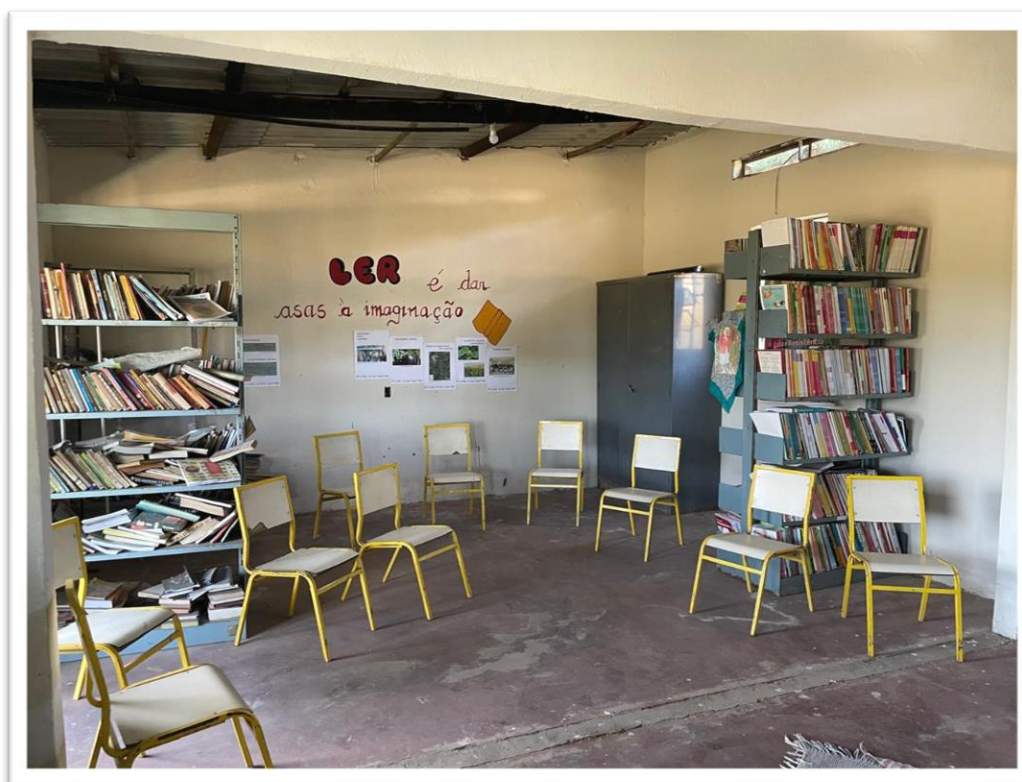
É nítido o quanto é importante valorizar a sua identidade e tradições. Contextualizando com a realidade observada em Campo Alegre, nota-se que na referida localidade os sujeitos também buscam manter isso e na sede da associação está instalada uma biblioteca (Figura 1). As carências são inúmeras, as pessoas têm feito sua parte, porém necessitam de escolas mais voltadas para a realidade do território como de um projeto de mobilidade mais abrangente, pois o ônibus, capaz de levar os estudantes para as escolas fora do assentamento, só passa de três em três horas.

A ocupação do Pontal do Paranapanema, situado no Oeste Paulista, em 1995, é considerado o momento em que o movimento atinge o ápice na sua capacidade organizativa, baseando a luta na noção dos direitos sociais. Cerca de 2.300 famílias foram instaladas em mais de 40 assentamentos criados na região entre 1990 e 1996 (GOHN, 2003).

Navarro (1997) foi um dos que não confiava nas aspirações nacionais do MST, não que não validasse as lutas do movimento, mas porque seguia a linha de que cada região precisava ter sua demanda específica e a unificação não faria sentido, enfraquecendo o movimento.

Alentejano, Junio e Silva (2022) afirmam que em meados da década de 1980 houve uma primeira tentativa de territorialização do MST no estado do Rio de Janeiro, mas o movimento enfrentou dificuldades em se articular em uma região com elevado índice de urbanização. Afirmam ainda que mesmo não havendo participantes oficiais no encontro que deu origem ao MST, uma delegação de representantes esteve presente na figura de duas importantes lideranças na luta pela terra no Rio: Laerte Bastos de Campo Alegre e Osvaldo de Oliveira de São José da Boa Morte, que em seguida foram indicados para integrar a direção nacional do movimento.

Figura 1 Biblioteca de Campo Alegre



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Em 1985, aconteceram duas ocupações sob a bandeira do MST em terras do estado do Rio de Janeiro: em Paracambi (Vitória da União) e Valença (Conquista). Os anos passaram e as divergências entre lideranças nacionais e estaduais fizeram com que o movimento se desorganizasse no estado (ALENTEJANO; JUNIO; SILVA, 2022).

A década de 1990 é marcada por luta pela terra na região Norte Fluminense. Foi retomada com auxílio do MST e da FETAG¹⁵ na ocupação de áreas improdutivas, onde anteriormente funcionaram usinas de açúcar e álcool. Outra estratégia via MST foi a de ocupar áreas nos municípios de Barra Mansa e Resende, pois se caracterizavam por localidades afastadas das zonas urbanas. O processo de luta pela terra nessa década se traduziu na criação de 27 assentamentos em 16 municípios (ALENTEJANO; JUNIO; SILVA, 2022).

O MST apresenta diversas peculiaridades e é importante frisar a inclusão e participação de jovens, anciões, mulheres, crianças e homens. Um diferencial em relação a outros coletivos. Dessa forma, a atuação do movimento amplia os interesses dos camponeses para além da terra.

¹⁵ FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Essa participação coletiva se torna fundamental para a conquistas das políticas públicas para esses grupos (FERNANDES, 2000).

Atualmente o MST está inserido em todos os estados brasileiros, auxilia no estabelecimento de novos assentamentos, se tornou referência para experiências estrangeiras, além de possuir números extremamente relevantes na produção de arroz¹⁶ e outros gêneros alimentícios. Ainda que sofra ataques de grande parcela da população e da mídia, resiste (MST, 2024).

O *Landless People 's Movement* – LPM, nascido em 2001 na África do Sul e que também se intitula um Movimento Sem – Terra, é uma dessas experiências internacionais que se inspirou no MST. Brasil e África do Sul possuem muitas semelhanças em seus processos de formação, o que facilitou inclusive o intercâmbio entre as partes. Há registros de participações de ambos os movimentos em eventos tanto em solo brasileiro como em sul-africano (ROSA *et al.*, 2020).

O MST organiza em todo território nacional cerca de 185 cooperativas, 120 agroindústrias e um total de 1.900 associações. O movimento tem se baseado nos princípios da agroecologia e conta com isso para o combate à degradação ambiental tão vigente no território brasileiro (MST, 2024). E de acordo com Amaral (2023), foram criadas as lojas do Armazém do Campo com o propósito de comercializar e escoar os produtos das agroindústrias do movimento. Atualmente são 23 lojas situadas em 13 estados.

E a importância do movimento só vai sendo confirmada a cada dia. No último dia 30 de junho foi publicado em seu site que famílias assentadas no estado da Bahia entregaram mais de 273 toneladas de alimentos para doações, por meio do PAA (MST, 2024).

1.4 – O novo rural, desenvolvimento e retração na Agricultura Familiar.

As décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas pelo surgimento de empresas públicas como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, mas segundo Grisa (2010), mesmo com todo o crescimento econômico isso não se refletiu na qualidade de vida da população do campo. O que gerou discussões sobre o real papel do Estado como ator no

¹⁶ MST se tornou no ano de 2023 o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (MST, 2023).

processo de desenvolvimento, isto é, desenvolvendo políticas públicas e serviços públicos essenciais.

A mudança de paradigma do desenvolvimento rural no Brasil aconteceu nos anos 1990, conforme Delgado (2009), a questão agrária ganhou visibilidade política como jamais visto na história do país, tornando-se mais complexa e diversificada. Pavimentando novos caminhos para a identidade rural e agrícola, assim como para o desenvolvimento e modernização.

O país vivenciou um processo de estabilização econômica e obteve índices interessantes em relação à inflação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta foi mais uma maneira de ampliar o debate sobre o desenvolvimento no país (SCHNEIDER, 2010).

De acordo com Da Silva (2002), por mais que persistissem as desigualdades, principalmente no acesso à terra e nas questões de concentração fundiária, o novo rural se caracterizou por uma integração com o urbano e pelo aumento do consumo de bens e serviços. Houve uma ressignificação do rural brasileiro, diversificando as atividades econômicas e ampliando as políticas públicas direcionadas por setores da agricultura. Este autor defendeu a ideia de novo rural como uma categoria analítica capaz de incorporar múltiplas dimensões: trabalho, meio ambiente, cultura, e modos de vida. Ressaltou ainda a importância de políticas públicas integradas que reconhecessem os territórios rurais como espaços de cidadania e diversidade, e não apenas de produção agrícola.

Schneider (2010) foi mais um a apresentar o fator primordial para uma discussão diferenciada acerca do desenvolvimento rural: a consolidação da agricultura familiar nos primeiros anos da década de 1990, isto é, esta já possuía representatividade e era vista como categoria política; o Estado passou a beneficiar a agricultura familiar através de novos programas e ações incipientes de reforma agrária e combate à fome. Destaca-se aqui a criação do PRONAF, em 1995, e ainda a questão do desenvolvimento rural atrelado à sustentabilidade, pois o modelo de desenvolvimento baseado na revolução verde havia perdido o sentido e era preciso mudanças bruscas, alternativas com vieses ecológicos.

A criação do PRONAF é considerada um marco, pois o Estado passava a reconhecer valor na agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Mas, só em 1996 que o Decreto nº 1946, criou o Pronaf como programa de governo sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (...) tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares (BRASIL, 2024).

Leite (2020) fez uma interessante explanação, a qual ele chamou de “radiografias do meio rural brasileiro”, onde é destacado o papel do Estado nas últimas décadas.

(...) poderíamos destacar alguns processos importantes, tais como: a) a já aludida compra de terras por estrangeiros; b) mecanismos de financiamento rural e agroindustrial, incluindo a participação de tradings; c) a emergência dos chamados novos títulos do agronegócio (1994 a 2004); d) o crescente endividamento do setor rural; e) o aumento da produção e da produtividade das principais culturas e criações, especialmente aquelas destinadas à exportação (commodities); f) a expansão dessa produção e a abertura de novas “fronteiras” (especialmente nas regiões Norte e Nordeste); g) a reformulação e revisão de códigos cunhados, em boa medida, na era Vargas (mineração, florestal, etc.); h) a promoção do desenvolvimento rural e territorial; i) a explicitação da diferenciação social no campo; j) o reconhecimento – mesmo que parcial – do direito de acesso à terra de povos e comunidades tradicionais (LEITE, 2020, p.240).

Se por um lado os investimentos para o agronegócio permanecem, uma “radiografia conservadora”, há uma outra, a chamada “radiografia alternativa”, contrária ao padrão dominante e que representou as mudanças no modo de operação praticado no campo brasileiro (LEITE, 2020).

Conforme Leite (2020), são apresentados números bem relevantes onde são reclassificados os espaços rurais brasileiros. Através dessa nova radiografia do campo, afirmam-se quais políticas deveriam ser adotadas para uma melhor compreensão da diversidade social rural e promoção de uma estratégia de desenvolvimento rural mais incluyente, não apenas baseada no crescimento agrícola.

O Programa Nacional de Territórios Rurais – Pronat de 2004 e o Programa Territórios da Cidadania – PTC instituído em 2008, são os dois programas mais conhecidos para a elaboração e implementação de políticas públicas diferenciadas. Embora sejam programas que apresentaram problemas, na visão de Leite (2020), houve inovações na participação social¹⁷ e na promoção de atores sociais. “(...) a política acabou revelando, como bem lembrou Tania Bacelar, um outro Brasil rural que os mapas de produção de commodities não permitiam identificar” (LEITE, 2020, p.245).

O Programa de Apoio a Projetos Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF foi uma das principais fontes de recursos capaz de viabilizar os projetos territoriais, de acordo com Leite (2020). Entre os anos de 2003 e 2015 foram financiados 8.134 projetos de desenvolvimento territorial, chegando a um valor de quase R\$ 2 bilhões. Vale destacar ainda a

¹⁷ Foram criados os chamados colegiados de desenvolvimento territorial, instâncias políticas de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável no território (JÚNIOR, 2021).

forte atuação nas regiões Nordeste (37,92%) e Norte (15,24%), corroborando os objetivos dos programas voltados ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento.

Para Grisa (2010), ofertar crédito rural em condições distintas para agricultores familiares foi um reconhecimento pelo Estado e, enfatizando a necessidade de se elaborar políticas públicas diferenciadas e que fossem capazes de contemplar cada especificidade socioeconômica.

Pretto e Horn (2020), apresentaram uma significativa avaliação do PRONAF, no período entre 1995 e 2018. Esta ilustrou um aumento significativo nos valores aportados no programa, chegando a R\$31,4 bilhões em 2014. Outro ponto positivo apontado nesta avaliação foi o aumento substancial de contratos ao longo dos anos do programa. Como ponto negativo, estes autores citam o fato de que houve uma diferenciação na execução, ou seja, estabelecimentos da agricultura familiar do Sul e Sudeste foram mais beneficiados do que estabelecimentos das outras regiões, principalmente a Nordeste. Dentre os motivos para isso, foram apontados principalmente que, as regiões mais contempladas possuíam maior articulação política que as demais.

Não é algo recente, mas curioso é o caso do estado do Rio de Janeiro. De acordo com Souza *et al.* (2015), a agricultura familiar no estado corresponde a 0,93% dos estabelecimentos¹⁸, 0,73% do número de pessoas ocupadas e 1,14% da produção no Brasil, entretanto, em 2012 o estado contabilizou somente 5.993 contratos de crédito junto ao PRONAF. Poucos municípios das regiões Norte e Serrana Fluminense se destacaram em relação à participação no acesso ao programa. Em contrapartida, outros considerados importantes para agricultura familiar do estado, não acessaram da forma esperada.

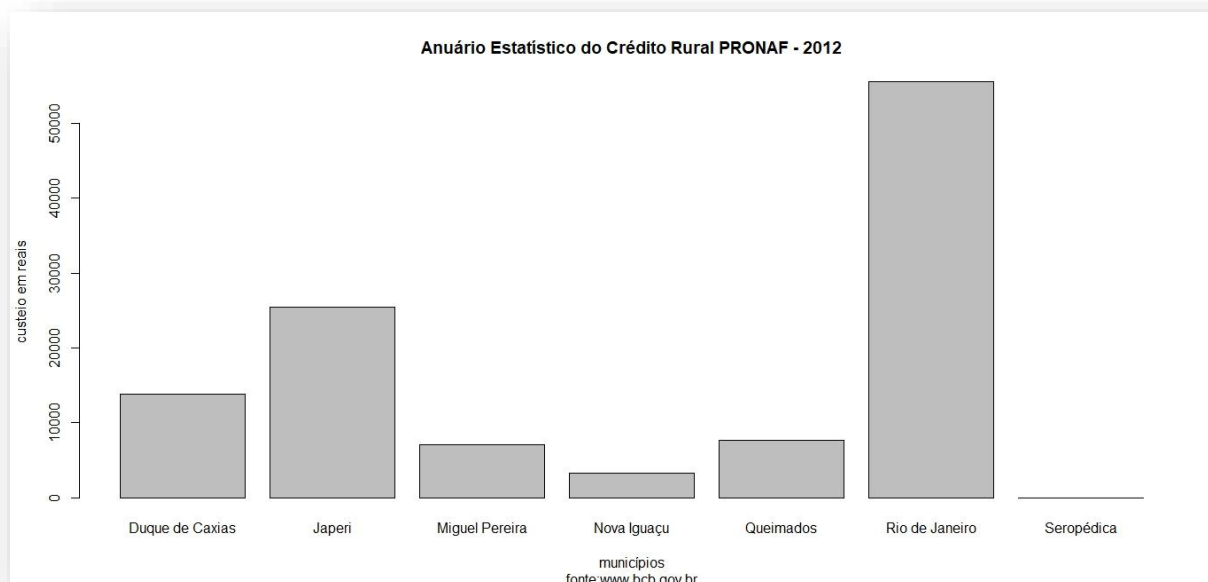
As causas dessas disparidades não puderam ser estudadas. Entende-se, porém, que diferenças municipais em aspectos como acesso à extensão, níveis de organização, tipos de culturas predominantes, grau de intensidade de cultivo e capitalização da agricultura familiar, entre outros, podem contribuir para as desigualdades observadas (SOUZA *et al.*, 2015, p.383).

Essas suposições podem explicar o fato de Nova Iguaçu ter tido apenas um contrato junto ao PRONAF na ocasião, no valor de R\$ 3.317,90, de acordo com os dados obtidos no Banco Central do Brasil – BCB (2014). No Gráfico 1, observa-se os investimentos realizados tanto em Nova Iguaçu no ano de 2012, como também em seus municípios limítrofes: Duque de Caxias com R\$ 13.829,75; Japeri com R\$ 25.414,30; Miguel Pereira com R\$ 7.055,10;

¹⁸ De acordo com a União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro – UNACOOP, em 2015 existiam 44.145 estabelecimentos representando a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro, número correspondente a 75% das propriedades rurais, responsáveis por 58% dos postos de trabalho no campo fluminense.

Queimados com R\$ 7.744,27, Seropédica sem nenhum real investido e o Rio de Janeiro, que teve um aporte de crédito nesse período no valor de R\$ 55.509,29. É oportuno frisar que mesmo sendo um dos municípios limítrofes, Mesquita não foi incluído nessa planilha do BCB¹⁹.

Gráfico 1 Gráfico de Investimentos por Municípios



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando o Software R® (2024).

E o que já era historicamente negativo, ficou ainda pior. O que se evidenciou nos últimos anos foi uma involução em relação aos beneficiados e, por mais que os investimentos tenham sido maiores em montante, houve uma importante redução no número de contratos do PRONAF nas safras de 2013/2014 a 2020/2021 no estado do Rio de Janeiro (Tabela 2).

¹⁹ Vale ressaltar que as informações apresentadas obtidas no site do Banco Central do Brasil – BCB são referentes a um período em que a instituição realizava a publicação desse tipo de material. Não foi possível encontrar no mesmo site dados mais recentes.

Tabela 2: Investimentos PRONAF no estado do Rio de Janeiro entre as safras 2013/2014 e 2020/2021.

SAFRA	CONTRATOS	MONTANTE
2013/2014	6.551	117.214.170,66
2014/2015	6.592	135.176.631,88
2015/2016	5.125	111.783.748,74
2016/2017	5.100	130.075.579,52
2017/2018	4.687	136.785.115,34
2018/2019	4.123	128.638.293,26
2019/2020	4.022	142.737.590,78
2020/2021	3.994	153.088.731,36

Fonte: FAERJ SENAR (2021).

Leite *et al.* (2023) realizaram um levantamento sobre o desmonte e a reconfiguração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, entre 2016 e 2022. Esse período foi de fragilização de programas de cunho social e da implementação de uma agenda neoliberal. Para uma melhor compreensão, estes autores apresentam a expressão *policy dismantling*, a qual basicamente diz sobre o enfraquecimento do Estado de bem-estar social e o aprofundamento da implementação das políticas de austeridade (LEITE et al., 2023).

(...) uma outra questão que deve ser levada em conta quando buscamos compreender o início do desmonte das políticas para a agricultura familiar no Brasil, refere-se ao papel importante desempenhado pela política macroeconômica de austeridade fiscal que foi se adensando ao longo de 2016, seja pelo seu efeito de restrição orçamentária, que interfere na continuidade das políticas, seja pelo seu papel de justificativa que autoriza o governo a cortar, reduzir ou mesmo extinguir políticas. (...) é nesse contexto que eventos mais diretamente associados ao desmonte, como a extinção do MDA, ganham sentido, agravados obviamente pela ofensiva do “agronegócio” na disputa pelo erário público, especialmente por meio das pressões exercidas pela chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional (LEITE et al., 2023, p. 397).

A partir do ano de 2023, algumas estratégias para a retomada da agricultura familiar foram reinseridas na agenda pública juntamente com a efetivação de um novo governo no país. Nos próximos capítulos isto é mais bem debatido.

CAPÍTULO 2 - PAA ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS

Neste capítulo é apresentado o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA evidenciando sua contextualização e os aspectos socioeconômicos promovidos ao longo de mais de vinte anos de sua implementação no território nacional.

São apresentadas as conquistas sociais, as modalidades do programa (com destaque para as mais importantes na agricultura fluminense), os principais números do programa e suas oscilações (assim como um balanço dos investimentos no Rio de Janeiro ao longo dos anos de execução), sem esquecer de mencionar a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. O capítulo ainda destaca as inovações acerca do programa.

2.1 – A criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Criado em 2 de julho de 2003, sob o art. 19 da Lei nº 10.696/2003²⁰, o PAA se notabilizou por permitir a compra de alimentos dispensados de licitações, dando maior visibilidade e acesso aos agricultores familiares (BRASIL, 2003).

Realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2024).

Durante os primeiros anos, entre 2003 e 2010, o programa executou mais de R\$ 3,5 bilhões em compras públicas, envolvendo cerca de 160 mil agricultores familiares por ano, atuando em mais de 2.300 municípios e atendendo a aproximadamente 25 mil entidades socioassistenciais, impactando cerca de 15 milhões de pessoas anualmente (BRASIL, 2010).

Para os agricultores familiares aderirem ao programa, estes devem possuir a documentação exata. Anteriormente nomeada por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e que foi substituída pelo Cadastro Nacional de Agricultura Familiar – CAF. Todavia, é interessante frisar que essa substituição seguiu orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, para que fosse criado um sistema de cadastro único mais eficaz (BRASIL, 2023). Caso o

²⁰ Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011).

agricultor esteja vinculado a uma associação ou cooperativa, este poderá obter vantagens como a facilidade na emissão de nota fiscal, a logística de entrega, o acesso a chamadas públicas e a participação em editais.

Atualmente o Programa de Aquisição de Alimentos está instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 cujo decreto é o de nº 11.802, de 28 de novembro de 2023 (BRASIL, 2023). É relevante ressaltar que ele passou por diversos decretos, reformulações e redução de investimentos, chegando a ser substituído pelo Programa Alimenta Brasil em 2021 (SAMBUICHI; SILVA, 2021).

Atenua-se que o PAA foi revogado pela Medida Provisória nº 1.061/2021 e convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que além disso foi responsável pela substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil (LEITE *et al.*, 2023).

Segundo Silva, Grossi e França (2010), a criação do PAA foi uma importante ação voltada para o combate à fome e este faz parte de um dos mais importantes programas nacionais, o Fome Zero. De acordo com Kaminski *et al.* (2018), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA teve contribuição fundamental na formulação do programa, assim como outros importantes fóruns e redes de organizações da sociedade civil. O PAA se inspirou em instrumentos de fomento agrícola tradicionais, porém apresenta inovações quando realiza a adaptação para as necessidades da agricultura familiar.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN foi instituída em 2010 e mesmo surgido antes dessa, o PAA consolidou-se como um dos programas estruturantes mais relevantes no âmbito dessa política (KAMINSKI *et al.*, 2018). Ressalta-se aqui a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a chamada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006). A Política vem para complementar o que faltava da lei.

Quando da sua criação, existiu um Grupo Gestor do PAA (GGPAA), encarregado de acompanhar as operações do programa. Este grupo era composto por representantes dos ministérios: Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda e da Educação. A fiscalização e execução do programa ficando a cargo do Ministério da Cidadania e da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. A compra pública dispensando licitações é considerada uma importante inovação do PAA (PERIN *et al.*, 2021).

Até se tornar um programa consolidado, o PAA vivenciou em seus primeiros anos a busca pela legitimação social frente à atores como os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Durante este período, foram realizados testes e ajustes institucionais. O fato de

ser uma política pública recente fazia com que os agricultores familiares tivessem receios em comercializar seus produtos diretamente para a administração pública. Com o passar do tempo, o programa demonstrou progressos notáveis, sendo fundamental para o acesso à alimentos saudáveis e de qualidade por grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, culminando com o aumento nos recursos investidos em 2006 (PERIN *et al.*, 2021).

O PAA adquiriu números expressivos, deu maior visibilidade para a agricultura familiar e conseqüentemente, outros programas passaram por processos de aperfeiçoamento. Perin *et al.* (2021) afirma que em 2008 o PAA sofreu um avanço importante por meio do Decreto nº 6.447/2008, o qual previa a compra de produtos agropecuários para o atendimento para alimentação escolar. Um caso de destaque é o ocorrido junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE²¹, reformulado pela Lei nº 11.947, de 16 junho de 2009 (BRASIL, 2009). Participantes do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN e do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC foram fundamentais para a elaboração da lei. Destaca-se na reformulação do programa a obrigatoriedade de ao menos 30% dos gêneros alimentícios adquiridos, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, oriundos da agricultura familiar e a ampliação do atendimento, incluindo estudantes do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos – EJA (SCHNEIDER, 2021).

O PNAE além de revolucionar a dinâmica da segurança alimentar escolar em âmbito nacional passa a ser reconhecido internacionalmente. Estratégias como essas de se trabalhar dois ou mais programas em consonância são extremamente positivas, neste caso pôde auxiliar na manutenção da produção nos pequenos estabelecimentos rurais, assim como garantir produtos saudáveis e de qualidade no âmbito escolar.

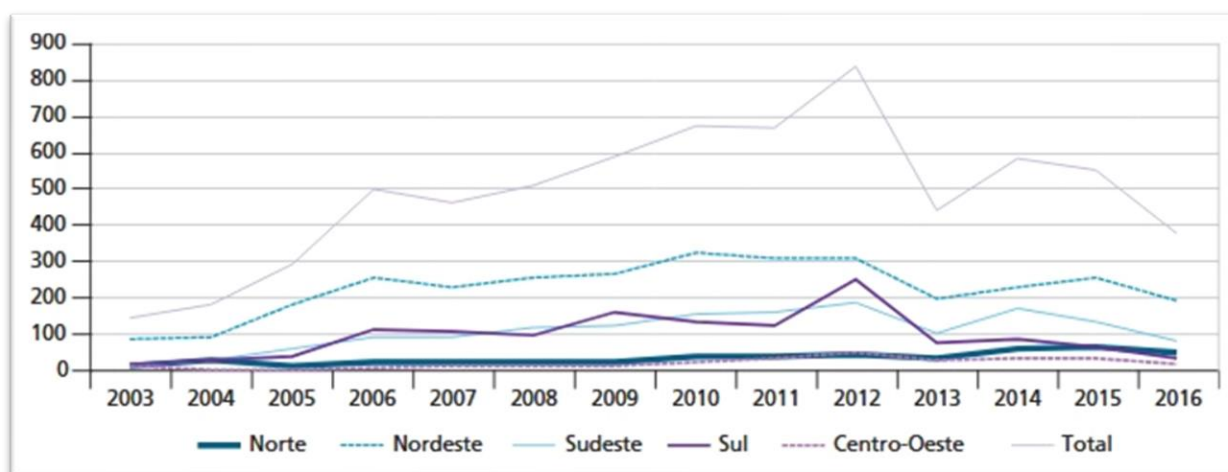
Durante a pandemia de Covid-19, muitos estudantes permaneceram sem acesso aos alimentos, pois as escolas se virão obrigadas a serem fechadas devido o isolamento social instaurado. De acordo com Tavares *et al.* (2022), foi publicada a Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020, permitindo a utilização dos recursos federais do PNAE para o fornecimento de alimentos para os estudantes, isto é, os alimentos eram enviados *in natura* para as escolas e em seguida direcionado aos estudantes.

É válido frisar a flutuação na quantidade de recursos aplicados no PAA (Gráfico 2) ao longo dos anos, segundo Kaminski *et al.* (2018), entre 2003 e 2016 houve um aporte financeiro

²¹ Em 1955 foi criado a Campanha da Merenda Escolar – CME no então governo do presidente Café Filho. Tendo como inspiração o programa “Alimentos para a paz” aprovado no ano anterior nos Estados Unidos, a CME é considerada um marco para o que o PNAE é atualmente (SCHNEIDER, 2021).

de R\$ 6,83 bilhões representados em: 46,7% na região Nordeste; 22,4% no Sudeste; 19,6% no Sul; 7,1% na região Norte e 4,2% na região Centro-Oeste. Mesmo a região Sudeste representando a segunda posição em beneficiamento, a conformação dos incentivos vinculados ao PAA no estado do Rio de Janeiro revelou uma dinâmica semelhante àquela observada no âmbito do PRONAF, conforme explicitado de maneira detalhada e sistematizada no Capítulo 1 desta dissertação.

Gráfico 2 Investimento anual (em R\$ milhões) do PAA, por regiões



Fonte: adaptado pelo autor a partir de dados obtidos em Ipea (2018).

De acordo com Santos e Santana (2020), ao analisarem o último Censo Agropecuário em 2017, São Paulo e Minas Gerais correspondiam a 25% da produção agropecuária, contando inclusive com importantes centros de pesquisa e extensão, denotando maior influência. Rio de Janeiro e Espírito Santo caracterizados por uma agricultura considerada de pequeno porte, menos influência e consequentemente menos investimentos.

Assim como outros programas, o PAA possui desafios e dificuldades para quem pretende acessá-lo. Pouca divulgação e pouco conhecimento de seus benefícios também se caracterizaram, ao longo dos anos de execução, como entraves (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015). Descontinuidade das entregas e exigências burocráticas que dificultavam o acesso dos produtores, corroboram com isso (PERIN *et al.*, 2021). Indo mais a fundo na questão burocrática, por muitas vezes os agricultores nem possuíam os documentos daquele imóvel em que residiam. Em geral, esses imóveis estão situados em lotes de assentamentos que ainda buscam sua regularização fundiária. Em momentos como esse que se faz necessário a atuação de órgãos de assistência técnica e extensão rural, capazes de orientar e

auxiliar nessa parte burocrática. No estado do Rio de Janeiro é o ITERJ que desenvolve as ações de regularização fundiária, tanto nas áreas urbanas como rurais. No Capítulo 3 encontra-se detalhado o papel deste instituto.

2.2 – As modalidades do PAA.

O programa foi passando por processos evolutivos e chegou a contar com seis modalidades²². Deve-se considerar a importância de cada modalidade e o cumprimento de funções: econômicas através da geração de renda, sociais no combate à fome e territoriais no fortalecimento de circuitos curtos de produção e consumo (BRASIL, 2010).

- Compra direta (CD) – Com o objetivo de adquirir produtos da agricultura familiar para composição de estoques públicos ou distribuição a grupos vulneráveis.
- Compra com doação simultânea (CDS) – Os alimentos da agricultura familiar devem ser adquiridos e destinados a entidades socioassistenciais (escolas, abrigos, cozinhas comunitárias etc.). Dessa maneira promovendo a segurança alimentar e nutricional para o público-alvo.
- Apoio à formação de estoques (CPR Estoque) – Essa modalidade possibilitaria que cooperativas e associações adquirissem e armazenassem produtos de seus associados para posterior comercialização em condições mais favoráveis. Dessa forma obteria apoio à regulação de preços, agregação de valor e estímulo à autogestão.
- PAA leite – Uma das modalidades que se notabilizou no estado de Minas Gerais e na região Nordeste. Com o objetivo de apoiar os agricultores familiares produtores de leite (bovino e caprino) e aumentar o consumo desse alimento em regiões com insegurança alimentar.
- Compra institucional (CI) – Os órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal poderiam adquirir produtos da agricultura familiar com dispensa de licitação, mediante chamadas públicas. Tem-se como exemplo a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar pelos restaurantes de universidades federais.
- Aquisição de sementes – Essa modalidade possui o intuito de comprar sementes e garantir insumos para agricultores familiares em condições desfavoráveis.

²² Atualmente são cinco modalidades, excetuando a aquisição de sementes (MDA, 2024).

É oportuno ressaltar que o PAA se caracterizou por formas de acesso individual e coletiva e pelo limite anual de venda (CONAB, 2017). O fato deste programa operar em diferentes modalidades, fez com que fosse complexo avaliar e monitorar os resultados e os impactos, isto é, precisavam ser realizadas individualmente e em conjunto para se obter números satisfatórios. É importante frisar que o aporte financeiro historicamente variou muito entre as modalidades. Entre 2013 e 2016, a modalidade de compra com doação simultânea foi responsável por 82,4% do total aplicado, seguida da PAA leite²³ com 8,8% e da compra direta com 8,4% (KAMINSKI *et al.*, 2018).

De acordo com a CONAB (2024), o estado do Rio de Janeiro, entre 2016 e 2020, se destacou na modalidade Compra com Doação Simultânea – CDS²⁴. E isso ocorreu mesmo com a redução dos investimentos devido às seguidas trocas de governo.

Ao acessar o site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS constata-se que o PAA faz parte dos chamados programas estratégicos, no grupo intitulado “alimentação adequada e saudável: da produção ao consumo” (MDS, 2024).

O PAA, contribuiu muito para a redução da Perda e Desperdício de Alimentos – PDA no Brasil. Conforme Quevedo (2023), de 2004 a 2013 houve redução da fome no país, por mais que 116,8 milhões de pessoas passassem por algum grau de insegurança alimentar. Ainda de acordo com a autora, as compras da agricultura familiar se baseiam pelos curtos-circuitos de produção e comercialização, destacando-se a articulação entre o PAA e a Rede Brasileira de Banco de Alimentos – RBBA, uma iniciativa empenhada em combater a fome e a insegurança alimentar através da arrecadação de alimentos que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva (QUEVEDO, 2023).

Os investimentos destinados PAA apresentam um comportamento marcado por oscilações ao longo do tempo. A Tabela 3 permite extrair reflexões pertinentes acerca desse movimento no período compreendido entre os anos de 2003 e 2019. Destaca-se positivamente o aumento do número de agricultores familiares beneficiados ano a ano, tendo 2012 como o de maior recurso aplicado e consequentemente mais toneladas de alimentos adquiridos.

²³ PAA leite é uma modalidade com o principal intuito de fortalecer a produção e o consumo de leite entre as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O foco é garantir a aquisição do leite das famílias produtoras e ofertá-lo para consumidores e entidades socioassistenciais.

²⁴ Entre 2018 e 2020 o programa no estado Rio de Janeiro também se notabilizou pela modalidade de formação de estoques (CONAB, 2024).

De 2016 em diante, já no governo Temer, ocorreu um embasamento dos investimentos em emendas parlamentares, fragilizando a autonomia da política (LEITE *et al.*, 2023). Outro ponto que merece destaque foi que nos anos de 2017, 2018 e 2019, alguns dados primordiais do programa não estiveram mais disponíveis, contribuindo negativamente para futuras análises sobre a efetividade deste.

É importante frisar uma questão durante a elaboração da referida tabela. Os dados contidos nos sites e órgãos encontravam-se extremamente defasados e, quando muito, não estavam disponíveis. Isso se tornou um dificultador e mesmo com a existência da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), boa parte de informações não foram obtidas. Contribuindo negativamente para a efetividade de parte desta pesquisa.

Mantendo o diálogo sobre o PAA, o governo Bolsonaro estimulou ainda mais o estabelecimento de emendas parlamentares. Por exemplo, em 2020, quando as desigualdades ficaram cada vez mais evidentes, foram priorizados municípios atrelados a interesses políticos e com viés eleitoreiro (LEITE *et al.*, 2023).

Ao contrário do exposto acima, 2024 se notabilizou como um ano de boas perspectivas direcionadas ao meio rural. No início de julho foi lançado pelo Governo Federal o Plano Safra com inovações para a agricultura familiar (CONAB, 2024). Inovações no PAA e apoio à produção agroecológica estavam incluídas nesse que pretendeu ser um dos principais planos implementados por governos para um segmento específico. Ainda em julho de 2024, o Governo Federal havia repassado R\$117,42 milhões para o programa na modalidade Compra com Doação Simultânea, e o estado do Rio de Janeiro fora contemplado com o valor de aproximadamente R\$390,91 mil (BRASIL, 2024).

Tabela 3: Os números referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a nível Brasil, entre 2003 e 2019.

	Recursos aplicados (R\$)	Agricultores familiares beneficiados	Organizações beneficiadas	Alimentos adquiridos (t)
2003	145.014.750,90	41.464	Não disponível	7800
2004	181.074.211,46	68.697	Não disponível	248.804,68
2005	295.582.051,59	69.692	Não disponível	277.033,48
2006	497.833.620,40	150.919	Não disponível	462.598,69
2007	465.105.404,51	134.574	Não disponível	418.661,22
2008	512.036.873,93	138.285	Não disponível	396.379,94
2009	591.244.764,73	142.381	Não disponível	500.490,78
2010	675.133.142,78	157.594	Não disponível	462.429,16
2011	667.325.490,15	160.011	25.331	517.921,88
2012	839.217.997,38	185.979	23.866	529.033,66
2013	443.185.235,52	96.912	12.329	280.175,45
2014	583.838.845,62	113.727	13.225	336.155,54
2015	555.429.848,06	95.871	14.065	289.827,17
2016	417.407.933,74	76.896	14.772	133.909,94
2017	191.135.350,62	31.187	4720 incompleto	59.115,82
2018	199.214.239,39	Não disponível	Não disponível	Não disponível
2019	157.895.909,99	Não disponível	Não disponível	Não disponível

Fonte: Elaborada pelo autor (2024) adaptado com dados do Ipea (2023).

2.2.1 – As modalidades do PAA destacadas no RJ.

Atualmente vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro – Seappa, a Emater - Rio é uma empresa pública instituída pelo Decreto-Lei nº 160 de 01 de julho de 1975 (ALERJ, 2024).

Criada a princípio para desempenhar atividades de assistência técnica e extensão rural em todo o estado do RJ²⁵, a Emater – Rio, cujo a sede encontra-se na cidade de Niterói, possui escritórios nas mais diversificadas regiões do estado desempenhando diversas atividades de fomento à agricultura e pecuária.

A empresa orienta e dá apoio técnico aos agricultores familiares para que esses possam participar efetivamente do PAA (EMATER-RIO, 2024). Destacando as seguintes modalidades:

- Compra direta da produção: os alimentos são vendidos diretamente pelos agricultores familiares para órgãos públicos e instituições de assistência social, contribuindo para a comercialização de produtos que estimulam a economia local;
- Compra com doação simultânea: os alimentos são adquiridos pelos órgãos públicos e são repassados para as instituições socioassistenciais, promovendo a solidariedade e contribuindo com um dos conceitos da SAN²⁶.

Parte dos agricultores de Campo Alegre informaram sobre a atuação da Emater – Rio na localidade, como também citaram o apoio de agentes públicos do município de Nova Iguaçu²⁷, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS no avanço ao programa. Essas informações são aprofundadas e discutidas com maior nível de detalhamento no capítulo 3 desta dissertação.

2.3 – A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Sediada em Brasília, no Distrito Federal – DF, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB é uma empresa pública que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar desde 23 de janeiro de 2023, por meio do Decreto nº 11.401²⁸ (CONAB, 2017). Sua criação data do dia 12 de abril de 1990, instituída por meio da Lei nº 8.029, autorizada pela fusão de três outras empresas públicas: Companhia de Financiamento da

²⁵ Art. 1º - (...) destinada a desempenhar atividades de assistência técnica e extensão rural, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, supervisionada pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento.

²⁶ SAN – Segurança Alimentar e Nutricional é um dos conceitos que formam o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a qual o PAA está inserido (MDS, 2024).

²⁷ Com a adesão do município ao PAA em dezembro de 2022, os gêneros alimentícios doados vão para o Banco de Alimentos (NOVA IGUAÇU, 2024).

²⁸ A publicação do texto é de 2017, mas recentemente passou por atualizações.

Produção – CFP, Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal e Companhia Brasileira de Armazenamento – Cibrazem (BRASIL, 2024).

A companhia possui papel importante na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a agricultura e está presente em todas as regiões do país. Suas unidades armazenadoras – UA possuem papel estratégico para a garantir o suprimento alimentar da população²⁹ (CONAB, 2017). Conforme Perin *et al.* (2021), o período entre 2009 e 2013 é considerado o de maior predominância da CONAB no fortalecimento ao PAA.

Em um levantamento intitulado Compêndio de Estudos CONAB (2017), são apresentados os números referentes aos investimentos junto ao PAA entre os anos de 2016 e 2020³⁰ (Tabela 4). Os investimentos no estado do Rio de Janeiro passaram por oscilações significantes, as quais serão observados a seguir.

Tabela 4: Recursos aplicados para o PAA no período entre 2016 e 2020 no estado do Rio de Janeiro.

	Recursos aplicados (R\$)	Compra Com Doação Simultânea - CDS	Formação de Estoque – CPR Estoque
2016	1.236.845,75	1.236.845,75	0,00
2017	1.112.646,80	1.112.646,80	0,00
2018	1.006.006,00	706.014,00	299.992,00
2019	574.291,00	390.297,00	183.994,00
2020	4.132.051,83	4.132.051,83	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2024) com dados obtidos em CONAB (2024).

Ressalta-se que a formação de estoque é uma estratégia através de apoio financeiro para a posterior comercialização e devolução dos recursos ao poder público. Desde 2013 a modalidade era gerida com recursos obtidos via Secretaria Especial de Agricultura Familiar e

²⁹ Existem 64 Unidades Armazenadoras e 126 armazéns. Em 2021 a Unidade Armazenadora no Rio de Janeiro foi uma das desativadas devido a orientação política praticada naquela ocasião (CONAB, 2021).

³⁰ Os números referentes aos anos de 2019 e 2020 apresentam diversas faltas em relação aos anos anteriores e o que pode explicar isso foi a mudança de governo.

do Desenvolvimento Agrário – SEAD (CONAB, 2019). Um dos motivos que pode explicar a falta de valores para a formação de estoques em 2016, 2017 e 2020, foi a safra muito abaixo das expectativas, não havendo a possibilidade de organizar cultivos em quantitativo excedente para ser estocado.

Na Tabela 5, observa-se que nos anos de 2019 e 2020 não houve a divulgação dos beneficiários por unidade federativa – UF, isto é, a CONAB divulgou por regiões. Houve 1.737 beneficiários em 2019 e 5.829 em 2020 em toda região Sudeste (CONAB, 2021).

Uma fundamental parceira da CONAB no estado, a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA/RJ, completou 50 anos no último dia 28 de agosto de 2024.

O papel da CEASA/RJ junto aos agricultores familiares é de suma importância, pois auxiliou no escoamento de suas produções mesmo no período da pandemia, pois mesmo com as regras de isolamento impostas, essa não deixou de funcionar (MACHADO, 2022).

A CEASA/RJ executa o PAA na modalidade de Compra com Doação Simultânea, em conformidade com o Governo do Estado, contando com 800 produtores cadastrados de 73 municípios (CEASA-RJ, 2024).

Tabela 5: Número de famílias beneficiadas por modalidades do PAA entre 2016 e 2020 no estado do Rio de Janeiro.

	Famílias Beneficiadas (nº)	Compra Com Doação Simultânea - CDS	Formação de Estoque – CPR Estoque
2016	247	247	0
2017	197	197	0
2018	170	131	39
2019	N/D	N/D	N/D
2020	N/D	N/D	N/D

Fonte: Elaborada pelo autor (2024) com dados obtidos em CONAB (2024).

2.4 – As inovações e perspectivas do programa.

Quando se fala em inovação, logo se associa a tecnologias de ponta, equipamentos ultra modernos, artefatos que facilitam o dia a dia, como o “simples” uso de internet nas mais variadas atividades. E por mais que essa tecnologia esteja difundida, inúmeras regiões não dispõem de tais regalias de maneira satisfatória. Enquanto se discute a agricultura 4.0 em regiões desenvolvidas, Campo Alegre se caracteriza, em pleno 2025, por uma localidade com sinal de telefonia celular precário. A Lei nº 11.326/2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, com o intuito de melhorar as condições de vida e trabalho desse setor. Em março de 2024, o art. 5º teve seu texto atualizado para ampliar o âmbito do planejamento e da execução. Como pode ser visto a seguir, é até irônico, mas estes trechos da lei precisam ser mais bem praticados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 5º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para incluir a modernização e o desenvolvimento sustentáveis e a inovação e o desenvolvimento tecnológicos entre os aspectos a serem considerados no planejamento e na execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XIII e XIV:

Art. 5º

.....

XIII – modernização e desenvolvimento sustentáveis;

XIV – inovação e desenvolvimento tecnológicos.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 20 de março de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

O Programa de Aquisição de Alimentos desde sua criação se caracterizou por representar uma política pública inovadora. Mesmo com todos os percalços enfrentados ao longo dos anos, percebe-se o quanto aumentou a participação das mulheres junto ao programa. Se em 2009 estas representavam 21%, em 2016 esse quantitativo chegou a 57,04% (CONAB, 2017). São dados que provavelmente irão progredir, isso porque o novo PAA traz como obrigatoriedade a participação mínima de 50% de agricultoras mulheres. Anteriormente, esse número era na ordem de 40% (MDS, 2023).

Outra importante evolução do PAA foi a implementação do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, criado em julho de 2023 via Lei nº 14.628/2023. Este possui a premissa

de direcionar os alimentos produzidos através da agricultura familiar³¹ na elaboração de refeições, suprimindo a necessidade das populações mais vulneráveis (MDS, 2023).

Existem atualmente 631 cozinhas solidárias mapeadas no estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2024). Em relação à Nova Iguaçu, a pessoa responsável entrevistada da SEMAS, a qual será chamada ao longo da dissertação por entrevistada A, informa que parte dos alimentos adquiridos são destinados ao Projeto Cesta Verde, que atende ao programa PIPAS – Primeira Infância Protegida na Assistência Social. Este é um programa criado a partir do Programa Federal Criança Feliz. Semanalmente, são distribuídas 400 cestas verdes para famílias com crianças de 0 a 6 anos e gestantes. A outra parte é distribuída para instituições cadastradas no banco de alimentos que atendem aos critérios da Resolução GGPAA nº 02 de 15/06/2023. Resumidamente, as instituições devem ser certificadas por conselhos de controle social como o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e o Conselho do Idoso. Atualmente o banco de alimentos de Nova Iguaçu tem 58 instituições cadastradas: 12 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (através do Projeto Cesta Verde), 20 Abrigos, 25 Instituições Socioassistenciais e 1 Cozinha Solidária.

³¹ Garantia de ao menos 30% do que é produzido pela agricultura familiar (MDS, 2023).

CAPÍTULO 3 – O CASO DO ASSENTAMENTO CAMPO ALEGRE DE NOVA IGUAÇU/RJ

Falar sobre assentamentos rurais é relembrar a trajetória de pessoas que lutaram ao longo do tempo por uma vida digna e com o mínimo de conforto. Neste capítulo é abordado como os assentamentos rurais surgiram no Brasil e as definições a partir do Incra. É descrita a formação de Campo Alegre e a luta por reconhecimento dos que ali vivem e que perdura há mais de quarenta anos. A última parte do capítulo é a respeito da regional Mato Grosso, a qual foi escolhida como objeto da dissertação e sobre seus agricultores, os verdadeiros protagonistas. Os resultados da pesquisa são surpreendentes e dizem muito a respeito das políticas públicas direcionadas.

3.1 – O que são e como surgem os Assentamentos Rurais.

Por definição, os assentamentos de reforma agrária são conjuntos de unidades agrícolas instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e cada unidade (ou lote) é destinada a uma família de agricultor que não possui condições de adquirir um imóvel rural. As famílias devem residir e explorar os lotes através de atividades produtivas diversas (INCRA, 2020). Essa é uma maneira de dar uma destinação adequada a terras consideradas improdutivas, mas não no sentido de não serem terras apropriadas para implementação de culturas e afins, mas no sentido de não serem utilizadas para nenhuma finalidade.

A implantação de um assentamento com o apoio do Incra, contempla uma série de benefícios àquela comunidade. Dentre as quais pode-se destacar: assistência técnica, acesso à créditos e estruturação (INCRA, 2020). Esse é um dos grandes entraves para Campo Alegre, isso porque este não foi implementado pelo instituto e sofre com diversas questões já abordadas e que serão mais aprofundadas a seguir.

De acordo com Bernardi (2018), o Assentamento Macali I, situado em Ronda Alta no estado do Rio Grande do Sul, foi o primeiro assentamento rural do Brasil. Além disso, essa simbologia serviu de inspiração para outros coletivos, afinal apresentou a dinâmica de ocupação organizada a partir de trabalhadores rurais sem terra.

Para Costa (2024), o ideal para os assentamentos rurais é se pautar em práticas coletivas capazes de promover a união, o fortalecimento e o desenvolvimento do grupo como um todo,

citando o Assentamento Conquista da Fronteira em Santa Catarina. E por mais que exista uma política governamental coordenada pelo Incra, a reforma agrária no país é insuficiente.

Giuliani e Castro (1995), evidenciaram que os assentamentos rurais são espaços heterogêneos, nos quais se sobrepõem dinâmicas políticas, sociais, culturais e econômicas. As formas de gestão do território, a participação dos assentados nos processos decisórios e a atuação estatal influenciam diretamente nos resultados desses projetos. Os autores ressaltam, ainda, a importância das redes de sociabilidade através de vínculos familiares, religiosos e de vizinhança na sustentação dos projetos, assim como a centralidade da relação campo-cidade nas trajetórias dos assentados. Por mais que seja uma visão generalizada, os assentamentos são considerados territórios em reconstrução, nos quais se articulam dimensões identitárias, culturais e políticas. A partir do próximo tópico, ao adentrar na pesquisa sobre Campo Alegre, tais afirmações serão identificadas.

3.2 – Histórico de Campo Alegre.

Campo Alegre está localizado entre os municípios de Nova Iguaçu (Figura 2) e Queimados³² na Baixada Fluminense, tendo surgido em 1984 como um projeto-piloto de reforma agrária. Apesar do sucesso inicial, enfrentou dificuldades comunitárias e governamentais que comprometeram sua consolidação. Os assentamentos rurais destinam lotes a trabalhadores sem-terra, proporcionando créditos, assistência técnica e infraestrutura. No entanto, desde sua fundação, Campo Alegre sofre com problemas fundiários e falta de regularização (FERREIRA, 2021).

Em 1990, com a emancipação do município de Queimados, a localidade de Campo Alegre foi repartida entre este novo território e o município de Nova Iguaçu. Essa divisão resultou na formulação de políticas municipais divergentes em relação à realidade agropecuária local. Desde o final da década de 1980, órgãos estaduais vinham atuando em conjunto com a prefeitura de Nova Iguaçu para que Campo Alegre fosse novamente reconhecida como zona rural. Em Queimados, por exemplo, a Lei nº 135, de 1º de agosto de 1994, isentou e remiu os assentamentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (FERREIRA, 2021).

³²Apesar de parte de Campo Alegre estar inserida também no município de Queimados, esta dissertação focará no assentamento destacando o território de Nova Iguaçu e a atuação dos órgãos públicos deste município.

Nova Iguaçu, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), possui uma área territorial de 520,581 km², com uma população residente de 785.867 habitantes e uma densidade demográfica de 1.509,60 hab./km². No ano de 2021, o município registrou o Produto Interno Bruto – PIB per capita de R\$ 21.559,06, o que posiciona como uma das cidades de maior relevância em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN desde 2008, apresenta um estudo intitulado Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Este com o propósito de acompanhar o desenvolvimento socioeconômico em todos os municípios brasileiros em três áreas: emprego e renda, saúde e educação. De acordo com o estudo de 2023, o último realizado, Nova Iguaçu apresentou o IFDM de 0.4963 (média das três áreas) colocando o município na 89º do ranking estadual (FIRJAN, 2025).

Essas informações expõem as contradições de um município importante no cenário estadual, apesar de movimentar valores consideráveis, revela que nem todos os bairros são agraciados de forma satisfatória. De alguma maneira isto pode auxiliar na elucidação da precariedade encontrada não só em Campo Alegre, assim como em outros territórios rurais de Nova Iguaçu.

Segundo o Incra (2020), Nova Iguaçu possui quatro assentamentos rurais regularizados. O Projeto de Assentamento – PA Marapicu, criado em 2009, abarcando 76 famílias assentadas em uma área de 318,17 hectares. O Projeto de Assentamento Conjunto – PAC Terra Prometida, de 2010, abriga 44 famílias em 552,07 hectares. O PA São Bernardino, do ano de 1991, contemplando 49 famílias em uma área de 212 hectares e o Projeto Integrado de Colonização – PIC³³ Núcleo Colonial Tinguá, implantado em 1938, uma área de 2.561,13 hectares, porém este não registrou famílias assentadas até 2020.

Nova Iguaçu carrega em sua história uma marca negativa, devido a diversos conflitos por terra, teve seu Plano Diretor elaborado em 1997, mas de acordo com Medeiros, Quintans e Zimmermann (2014), este não contemplava áreas rurais³⁴. Após pressão de associações locais de agricultores foi revisto em 2011 com a identificação de áreas e populações rurais. No atual momento, há 382 agricultores familiares cadastrados junto à prefeitura.

³³ PIC - Projetos de colonização promovidos pelo Governo Federal para ocupar áreas públicas, sobretudo na Amazônia Legal, com apoio básico de infraestrutura, assistência técnica e crédito, destinados à instalação de famílias agricultoras em lotes definidos (INCRA, 2020).

³⁴A Lei Complementar Nº 016, de 05 de outubro de 2006 realiza a retomada das áreas rurais, alterando a Lei Complementar 006/97 do Plano Diretor de Nova Iguaçu.

Conforme Ferreira (2021), desde a década de 1980 os moradores de Campo Alegre enfrentam as mesmas mazelas, pois até o presente momento o estado não conseguiu solucionar a questão da regularização fundiária. Ainda segundo o autor, a CPT e a Diocese de Nova Iguaçu foram essenciais para a sobrevivência da ocupação desde os primórdios.

...o apoio da Igreja Católica foi vital para a sobrevivência nesses primeiros momentos da ocupação, quer por fornecer alimentos, colchões, cobertores, foices, enxadas e sementes; quer por implantar uma cozinha industrial; quer por denunciar abusos de grileiros e jagunços; quer por ajudar na ação coletiva (FERREIRA, 2021, p. 8-9).

Figura 2 Município de Nova Iguaçu



Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu – CMNI (2025).

A partir de documentos produzidos pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu entre os anos de 1984 e 1991 e organizados pelo CEDIM (2018), Campo Alegre adquiriu destaque como o assentamento mais expressivo do estado do Rio de Janeiro, tanto pelo número de famílias, como pelo nível de organização.

Silva (2024) reconstrói o cenário religioso, político e territorial da Baixada Fluminense entre as décadas de 1960 e 1980, destacando o impacto das transformações internas da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, e especialmente das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), que reforçaram a opção preferencial pelos pobres e legitimaram o engajamento social da Igreja.

Ainda segundo Silva (2024), Dom Adriano Hipólito, uma liderança progressista à frente da Diocese de Nova Iguaçu, pautou sua atuação pela defesa dos direitos humanos, justiça social e apoio às lutas dos trabalhadores. Juntamente a este, destacaram-se as atuações das Comunidades Eclesiais de Base – CEB, da Juventude Agrária Católica – JAC e da Juventude Universitária Católica – JUC como espaços de formação política e religiosa e fundamentais na trajetória de Campo Alegre.

Mesmo após décadas, a presença da CPT em Campo Alegre é contínua e reconhecida pelos moradores. Esta comunidade forjou sua identidade coletivamente, pautada na luta pela terra e no apoio recebido da Igreja progressista. Campo Alegre tornou-se um símbolo da atuação da CPT e da possibilidade de articulação entre fé e justiça social (SILVA, 2024). Vale destacar que durante os encontros realizados no território, uma pessoa da pastoral sempre esteve presente. E esta possui bastante relevância nas tratativas com os moradores e frequentadores.

É oportuno frisar que, através de estudos realizados nos idos de 1980, pela Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola³⁵ - SUPLAN, o solo do território obteve a classificação como regular para a prática da agricultura. Dentre os principais cultivos, estavam: abóbora, aipim, arroz, feijão, milho em grãos (subsistência), abobrinha, jiló, vagem, alface, maracujá, batata, berinjela, milho verde, pimentão, chuchu e quiabo (mercado).

Ao se comparar com o hoje, destaca-se a variedade de culturas tanto para comercialização quanto para o próprio consumo. Os saberes populares e tradicionais são primordiais para a manutenção de um leque de sementes à disposição, e foram fundamentais mesmo em uma época sem tanta tecnologia e recursos disponíveis. A globalização alimentar, fez com que diminuísse a oferta e a variedade nos mercados, isto é, as pessoas são obrigadas a consumir aquilo que está disponível nas prateleiras dos mercados. Uma das características do PAA é priorizar e incentivar a diversidade do que é cultivado pela agricultura familiar. Atualmente em Campo Alegre tudo que os agricultores inseridos produzem é absorvido pelas instituições (conforme a demanda) e há heterogeneidade.

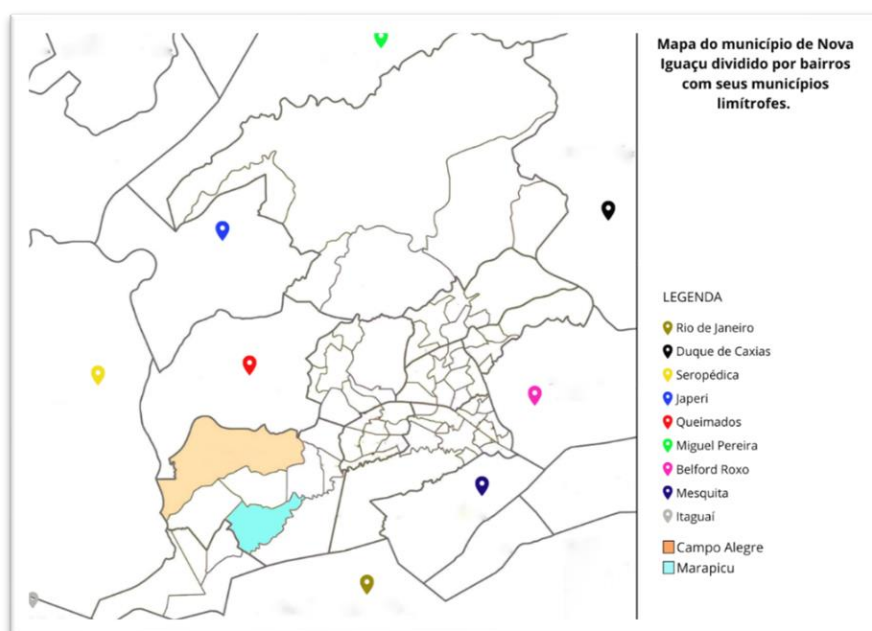
Conforme relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (2022), 60 milhões de mulheres atuam no campo, na América Latina e no Caribe. Essas mulheres desempenham papel fundamental na agricultura, contribuindo para o combate à fome, o avanço da agricultura sustentável e para o desenvolvimento rural. Foi muito gratificante constatar que em Campo Alegre há forte presença feminina na produção agrícola,

³⁵SUPLAN – A Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola, atualmente extinta, tinha a função de promover junto ao Centro Nacional de Pesquisa de Solos – CNPS e da EMBRAPA a avaliação da aptidão agrícola das terras.

boa parte dessas mulheres gerenciam suas propriedades e ainda conciliam seu tempo entre estudos e capacitações fora do assentamento.

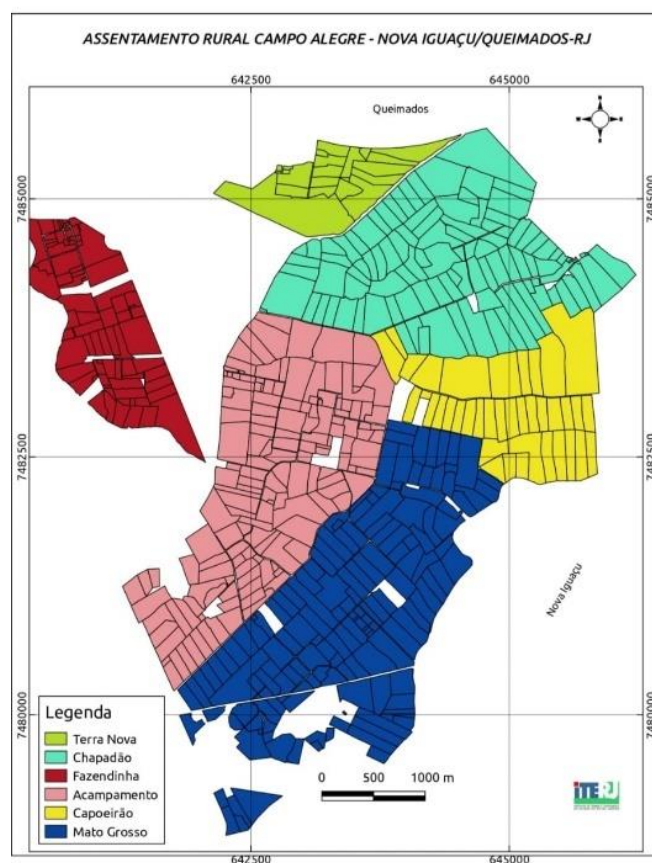
A seguir, são expostos: o mapa de Nova Iguaçu dividido por bairros, onde é possível observar destacado Campo Alegre e o quanto este é distante da área central da cidade (figura 3); obtido através do Grupo de Pesquisa em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Territorial – GEDUR da UFRRJ e elaborado pelo ITERJ, está representado o mapa do assentamento, dividido em regionais (figura 4). São sete regionais: Acampamento, Fazendinha, Marapicu, Mato Grosso, Terra Nova, Chapadão e Capoeirão (ITERJ, 2017). As três primeiras pertencem a Queimados e as demais a Nova Iguaçu. A Regional Marapicu foi oficialmente reconhecida como o primeiro assentamento municipal do país. A regional Mato Grosso está representada pela cor azul, conforme legenda do mapa da Figura 4.

Figura 3 Mapa de Nova Iguaçu destacando Campo Alegre



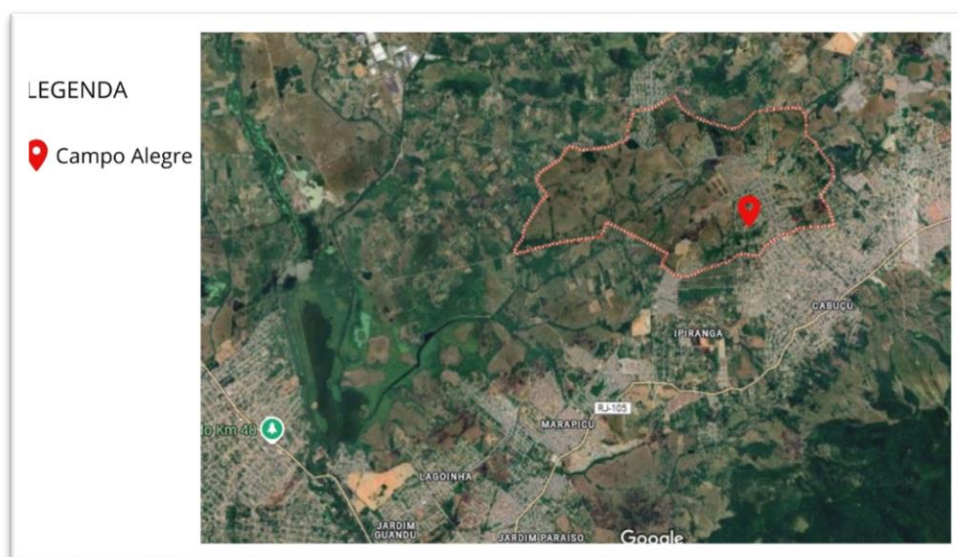
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 4 Campo Alegre dividido em Regionais



Fonte: GEDUR – UFRRJ (2024).

Figura 5 Vista área de Campo Alegre



Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Earth® (2025).

A partir do software Google Earth®, é apresentada a vista área do assentamento (Figura 5). Nesta é possível identificar os quase 2.100 hectares correspondentes à área deste, onde resistem cerca de 600 famílias. Percebe-se que grande parte do terreno permanece com uso reduzido, o que pode explicar isso é que nem todo o solo é propício para atividades agrícolas. Uma das áreas mais habitadas de Campo Alegre é também onde está localizada a sede principal da associação, assim como a regional Mato Grosso.

3.3 – A regional Mato Grosso e seus protagonistas.

A seguir, na Figura 6, tem-se a fachada da sede principal da associação do assentamento. Neste local, são realizadas assembleias, diversos eventos e onde também está instalada a biblioteca de Campo Alegre. Ainda na regional Mato Grosso, está situada a Sociedade Beneficente de Campo Alegre – SOBEM. Esta instituição foi fundada em 2003 e segundo São Sabas (2021), promove ações pedagógicas e de desenvolvimento social, atendendo famílias da comunidade. Na ocasião da pesquisa, existiam 50 pessoas cadastradas na SOBEM e 21 foram identificadas como agricultores familiares.

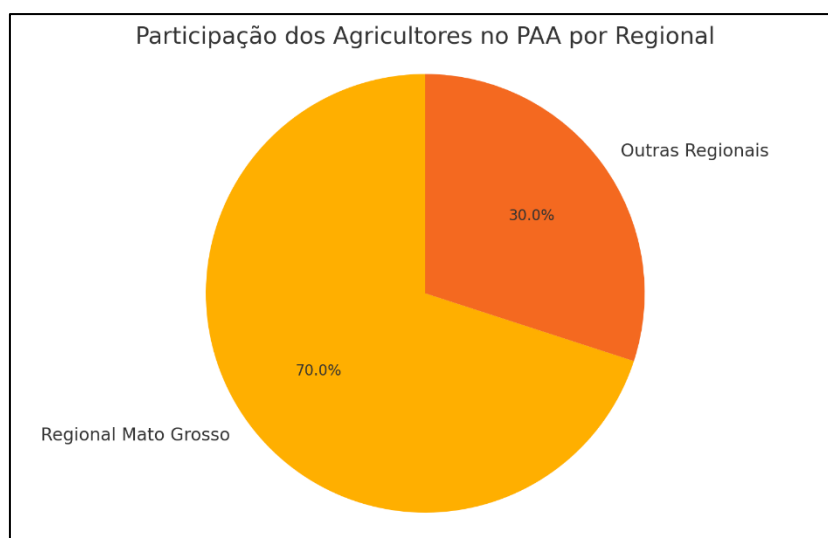
Figura 6 Fachada da Associação



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2024).

De acordo com a entrevistada A da SEMAS – NI, atualmente existem 16 agricultores familiares cadastrados no PAA via prefeitura de Nova Iguaçu representando Campo Alegre. Há outros 12 cadastros de agricultores familiares no PAA via CONAB representando o assentamento, totalizando 22 cadastros. Aproximadamente 70% dos agricultores de Campo Alegre que participam de alguma forma do PAA, são moradores da regional Mato Grosso (Gráfico 3).

Gráfico 3 Participação no PAA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

3.4 – A atuação dos órgãos públicos em Campo Alegre.

A atuação de duas secretarias da prefeitura de Nova Iguaçu (SEMAM e SEMAS), representam o agente público em Campo Alegre e tem sido fundamental para a efetivação de ações de auxílio para o desenvolvimento local. Os profissionais envolvidos desempenham um papel estratégico na articulação entre a esfera municipal de governo e a comunidade, viabilizando a implementação de programas como o PAA. Percebe-se o conhecimento por parte desses agentes, das dinâmicas sociais, econômicas e culturais da região. Com isso, estes conseguem adaptar as ações da prefeitura às necessidades específicas dos moradores, fortalecendo a comunidade e contribuindo para a construção de soluções mais justas e sustentáveis.

O ITERJ é outro parceiro fundamental para o assentamento, tanto nas questões fundiárias como na parte de assistência técnica. Por ser um órgão estadual, desempenha suas funções

também em outros municípios. De acordo com relatos de moradores entrevistados, tanto o instituto como a Emater – Rio são parceiros importantíssimos e fundamentais para as melhorias obtidas.

Durante as visitas em Campo Alegre, não foi possível encontrar nenhum técnico da Emater – Rio, mas as informações passadas são positivas. O órgão realiza treinamentos e capacitações com os moradores. Recentemente foi aplicado um curso de horta em uma escola do território, com o intuito de difundir a educação ambiental e a conscientização sobre sustentabilidade e nutrição (RIO DE JANEIRO, 2024).

3.5 – Resultados e discussão.

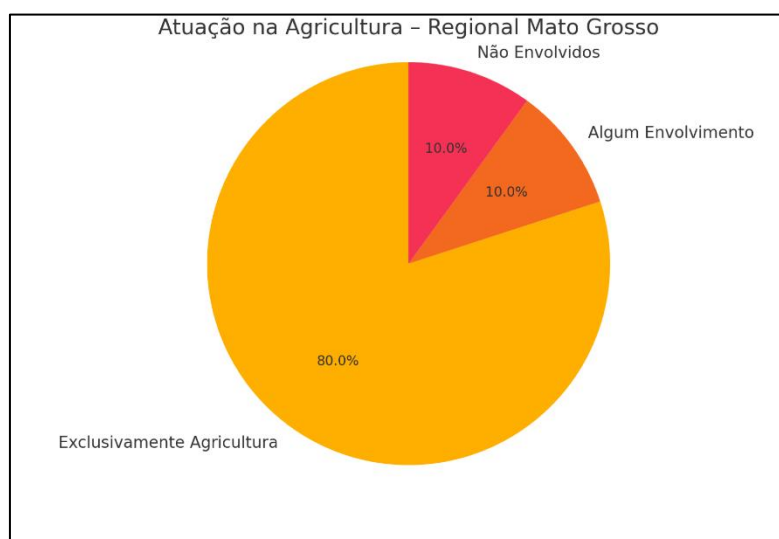
Nesse tópico são apresentados os resultados através das características socioeconômicas dos agricultores familiares, perfil do que é produzido e consumido, conhecimento acerca das políticas públicas para o desenvolvimento rural e as impressões sobre o PAA.

3.5.1 – Características socioeconômicas.

Mais de 80% dos entrevistados vivem exclusivamente da agricultura e um pouco mais de 10% possuem algum tipo de envolvimento, mas essa não se caracteriza como sua atividade principal (Gráfico 4). As famílias tentam sobreviver do trabalho na terra, porém atenuantes como as mudanças climáticas, falta de apoio governamental e mais recentemente a pandemia de Covid-19, contribuem negativamente para a manutenção do trabalho rural. De acordo com informações obtidas junto à pessoa responsável da SEMAM – NI (entrevistada B), esta apoia os agricultores familiares de Campo Alegre com a cessão de equipamentos (um trator) e possui em seu escopo a realização de atividades de capacitações³⁶. Segundo a entrevistada B, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Nova Iguaçu existe e atua na discussão, planejamento e monitoramento de ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável do município, incluindo iniciativas relacionadas ao PAA. Esta é uma maneira de aperfeiçoar a manutenção do programa no âmbito municipal.

³⁶ Há a possibilidade de um novo treinamento específico para o segundo semestre de 2025.

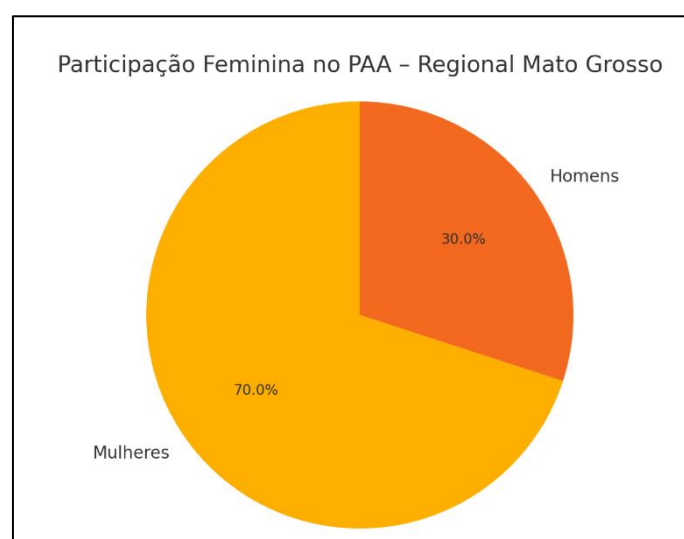
Gráfico 4 Atuação na agricultura



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Foi observado que dentre os agricultores de Campo Alegre inscritos neste programa, a maioria é composta por mulheres, atingindo um número superior a 70% (Gráfico 5). Isso reforça o protagonismo das mulheres na agricultura familiar, como também é percebido que a meta mínima de 50% de mulheres na execução do programa (BRASIL, 2023) está sendo cumprida. É possível ressaltar também a nova dinâmica dos lares brasileiros, onde o número de mulheres chefiando é quase igual ao dos homens. De acordo com o Censo IBGE de 2022, 49% dos lares tinham mulheres como provedoras e em 2010 esse percentual era de 38,7%.

Gráfico 5 Participação feminina no PAA

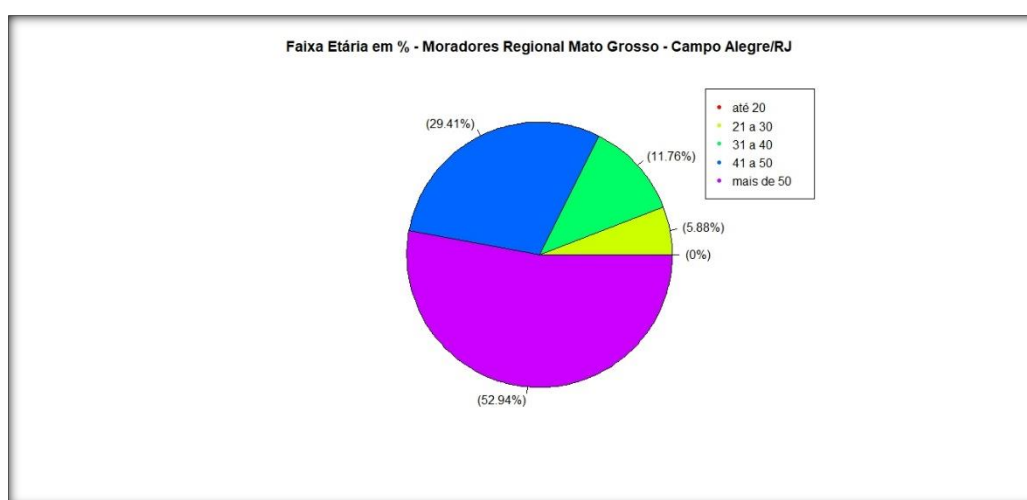


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Há no assentamento o Coletivo das Mulheres de Campo Alegre, este produz geleias e doces a partir do beneficiamento de alimentos. É relevante destacar o protagonismo feminino no meio rural, uma vez que a maioria dessas mulheres desempenha, regularmente, múltiplas atividades que extrapolam o trabalho agrícola, englobando funções produtivas, reprodutivas e comunitárias. Embora historicamente tenham seus saberes e práticas invisibilizados por uma estrutura social patriarcal, o dia a dia dessas mulheres é central para a sustentabilidade da agricultura familiar e o desenvolvimento dos territórios rurais. Como assinala Oliveira (2009), a divisão sexual do trabalho no campo confere às mulheres um papel fundamental na reprodução da unidade produtiva familiar, ainda que, muitas vezes, esse trabalho não seja reconhecido formalmente nem tampouco remunerado.

Conforme apontado no Capítulo 1 desta dissertação e em diversos estudos sobre a dinâmica populacional no meio rural brasileiro, observa-se também na regional Mato Grosso, um processo acentuado de envelhecimento da população. Os dados coletados revelam que apenas 18% dos moradores têm entre 21 e 40 anos, enquanto pessoas com 41 anos ou mais representam mais de 80% da população local. O dado mais expressivo, contudo, é a completa ausência de jovens com até 20 anos entre os entrevistados, o que reforça a tendência de êxodo rural e o afastamento das novas gerações das atividades agrícolas. O Gráfico 6 a seguir ilustra de forma mais precisa essa configuração demográfica, permitindo uma melhor compreensão da dinâmica etária vivenciada no assentamento.

Gráfico 6 Faixa Etária em % da regional Mato Grosso



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando o Software R® (2025).

O Pronaf Jovem é uma alternativa para a manutenção da juventude rural no campo e resumidamente é um financiamento destinado a agricultores e produtores familiares que tenham entre 16 e 29 anos. Iniciado em 2003, para operar o Safra 2003/2004, abriu protocolo de operações em 07 de agosto de 2024 para operar o novo Plano Safra 2024/2025 (BNDES, 2024). De acordo com Marin (2020), mesmo com a perspectiva de uma política pública direcionada, o que se viu foi desconhecimento por parte dos jovens em relação ao programa, burocracia para acessar e carência de instituições na formação de novos agricultores.

É de suma importância o papel do Estado para a manutenção dos jovens no meio rural, porém há que se destacar o papel das famílias e da sociedade como um todo. Lima *et al.* (2021), apresentam a seguinte reflexão sobre sucessão no meio rural. “A sucessão familiar deve ser vista como um processo e não como um evento, pois partindo dessa premissa, haverá a formação de sucessores e não somente de herdeiros” (LIMA *et al.*, 2021, p.8). E é o que ocorre ao longo dos tempos, a sociedade está em constante transformação.

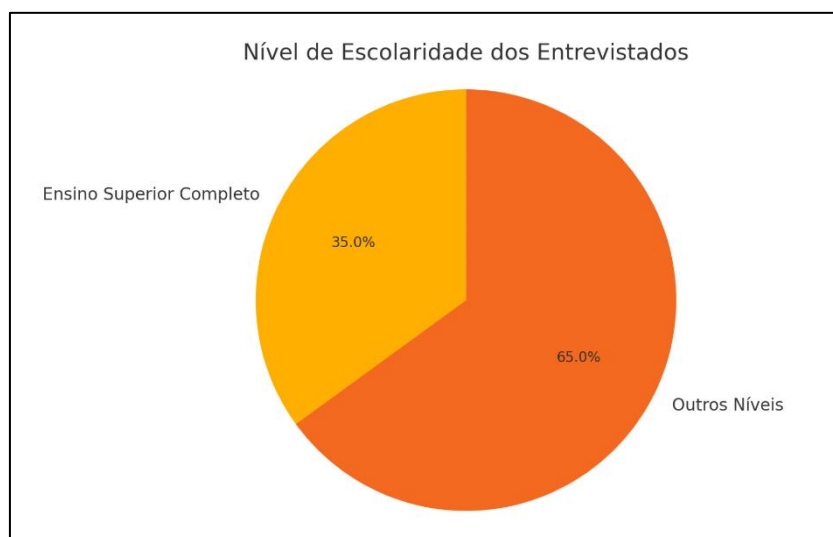
A renda dos entrevistados vem sofrendo oscilações e o período da pandemia de Covid-19 foi considerado um dos piores, pois além de todos os percalços do isolamento, estes agricultores ficaram impossibilitados de sair para comercializar o que tinham produzido.

A maioria dos entrevistados (cerca de 60%) declarou sobreviver com apenas um salário-mínimo mensalmente, evidenciando a situação de vulnerabilidade socioeconômica de grande parte das famílias ali residentes. Entretanto, identificou-se que alguns destes também acessam programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, os quais contribuem parcialmente para a complementação da renda familiar. Lavinas (2013) afirma que, embora esses programas mitiguem os efeitos da pobreza, não substituem políticas estruturantes voltadas à promoção da autonomia econômica. Nesse sentido, políticas públicas como o PAA ganham relevância, ao articular segurança alimentar e geração de renda por meio da compra institucional da produção de agricultores familiares, fortalecendo circuitos curtos de comercialização e promovendo a inclusão produtiva. Reforçando isso, Campello (2014) afirma que a integração entre programas de transferência de renda e políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PAA, potencializam a superação das situações de vulnerabilidade, na medida em que articulam proteção social com estratégias de desenvolvimento local.

Há que se destacar nessa parcela da população de Campo Alegre um fato positivo e que traz esperança, o alto nível de escolaridade. Cerca de 35% dos agricultores familiares entrevistados possuem ensino superior completo (Gráfico 7). O que cooperou para isso é que as últimas décadas têm sido marcadas pela ampliação de instituições de ensino e consequentemente do acesso à educação de qualidade. Segundo Diniz e Lerrer (2018), o

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, criado em 1998, promoveu a educação em diferentes níveis: alfabetização, EJA, ensino médio, técnico, superior e pós-graduação. Este atendeu milhares de jovens e adultos do campo, promovendo inclusão educacional e social. É interessante frisar que há entre os moradores de Campo Alegre ex-estudantes do PRONERA oferecido pela UFRRJ.

Gráfico 7 Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Diniz e Lerrer (2018) defendem que o PRONERA rompeu com a tradição autoritária e assistencialista das políticas públicas brasileiras ao adotar um modelo de gestão participativa, no qual os próprios sujeitos do campo, historicamente marginalizados, protagonizam o processo educacional. Apesar de ter sofrido ataques ao longo da sua existência, o PRONERA é uma importante ferramenta de construção de uma educação voltada para os sujeitos do campo e atualmente a UFRRJ, também através do curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo, tem cooptado novos estudantes advindos de assentamentos como Campo Alegre.

3.5.2 – Perfil do que é produzido e consumido.

Pouco mais de dois anos após a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no território, verificou-se unanimidade entre os agricultores quanto aos benefícios advindos da participação no programa. Os entrevistados destacaram a possibilidade de diversificar a produção agrícola, o que remete, segundo seus relatos, aos melhores períodos vivenciados no assentamento. Um dos pontos mais elogiados, mencionado por 100% dos respondentes (pergunta 16 do questionário situado no apêndice), foi a logística adotada pelas instituições

públicas responsáveis pela compra, especialmente no que se refere à coleta direta da produção. Ao contrário da lógica historicamente vivenciada, em que os agricultores precisavam produzir e buscar mercados para escoamento, o PAA vem assegurando tanto a compra quanto a retirada dos produtos nas propriedades, conferindo maior segurança e previsibilidade à comercialização. Transformando a dinâmica vivenciada em Campo Alegre. De acordo com a entrevistada B, os gêneros alimentícios mais adquiridos atualmente são: abóbora, aipim, alface e quiabo.

Outra informação relevante obtida junto à entrevistada B, foi que em pesquisa anteriormente realizada, constatou-se que parte do que tem sido produzido está sendo utilizado pelos moradores do assentamento para sua subsistência (ou autoconsumo) e isso tem contribuído para a melhoria da segurança alimentar dessas famílias.

Para Grisa *et al.* (2010), os agricultores familiares contemporâneos encontram-se intrinsecamente ligados aos mercados e sua reprodução social depende das relações estabelecidas com estes. Produzir para o autoconsumo é uma importante estratégia de reprodução social utilizada por esse setor.

O autoconsumo é também uma maneira eficaz de combate ao desperdício e à fome. A produção para o autoconsumo é vista pelos agricultores como geradora de segurança alimentar, pois os alimentos têm qualidade nutritiva superior aos comprados (GRISA *et al.*, 2010).

Figura 7 Alimentos produzidos em Campo Alegre



Fonte: PPGDT UFRRJ (2024).

É possível observar na Figura 7 um dos alimentos que mais tem encarecido a cesta básica brasileira atualmente, o ovo. De acordo com o Ipea (2025), esse item contribuiu em 1,7% na inflação comparada com dezembro de 2024, porém abaixo do que foi registrado em janeiro de 2024. Um dos motivos do aumento do preço desse gênero alimentício tão completo foi o

encarecimento da ração dada às galinhas poedeiras, informação obtida diretamente com alguns produtores de Campo Alegre. Inclusive, há a ideia de se criar uma fábrica de rações no assentamento.

Ainda assim, o ovo é um dos chamados carros-chefes em vendas, isso porque os produtores conseguem vendê-lo em melhores preços do que os praticados em diversos supermercados e ofertando um produto de boa qualidade.

Apesar dos avanços observados, ainda há agricultores familiares que não aderiram ao PAA. Entre os respondentes que se encontram nessa condição, verificou-se que a principal barreira para a participação no programa é a ausência de documentação necessária para sua inclusão formal.

3.5.3 – Conhecimento sobre as políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Percebeu-se por unanimidade o quanto esses grupos de agricultores familiares estão engajados e envolvidos em movimentos para melhorias no assentamento, consequentemente, possuem conhecimento a respeito de políticas e programas destinados ao desenvolvimento rural.

Durante a aplicação dos questionários, destacaram-se como os programas mais frequentemente mencionados (pergunta 14), inclusive por agricultores que ainda não estão inseridos no PAA, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o próprio Programa de Aquisição de Alimentos.

3.5.4 – Impressões sobre o PAA.

Pode-se afirmar que o Programa de Aquisição de Alimentos tem gerado transformações e impactos positivos em Campo Alegre, e que sua ampliação tem o potencial de beneficiar um número ainda maior de famílias, contribuindo ainda mais para o fortalecimento da economia local. Contudo, para que isso se concretize, é fundamental avançar no processo de regularização fundiária, condição essencial para que mais agricultores possam atender aos critérios de acesso ao programa e, assim, integrar-se formalmente à essa e outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

De acordo com o MDS (2025), o Programa de Aquisição de Alimentos recebeu R\$1,2 bilhão em investimentos nos últimos dois anos e 2025 fechará com mais R\$1,1 bilhão investidos. Segundo estudo realizado pelo Ipea (2025), realizar a venda de alimentos para

programas federais como PAA e PNAE, pode alavancar a renda de agricultores familiares em até 106%.

Na visão da entrevistada B, representante da SEMAM-NI, o PAA tem promovido a inclusão econômica e social da agricultura familiar ao garantir a compra da produção local e incentivar práticas sustentáveis. Segundo ela, o programa contribui diretamente para a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras. No entanto, destaca como principais desafios a habilitação dos produtores para atender às exigências do PAA, especialmente no que se refere à documentação necessária, em consonância com o que já foi mencionado anteriormente, e a limitação na estrutura de armazenamento e distribuição dos alimentos, que devem estar alinhados às diretrizes da SEMAS-NI.

Por sua vez, a SEMAS-NI, por meio da entrevistada A, ressaltou que a execução mais consistente do PAA favorece a articulação interinstitucional, exigindo que os órgãos envolvidos se adequem aos critérios de recebimento e logística dos alimentos, o que eleva a qualificação do trabalho dos parceiros e amplia o alcance das ações. A entrevistada reforça ainda a importância de fortalecer a produção local, apontando os efeitos positivos não apenas para os agricultores familiares, mas também para a economia do município como um todo. Como proposta complementar, sugere a criação de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional descentralizados, os quais funcionariam como pontos de apoio para a compra e distribuição dos alimentos adquiridos pelo PAA, por meio de um sistema de “sacolão social”. Em sua avaliação, tais medidas potencializariam os impactos positivos do programa no território.

A seguir, é apresentado um esquema (Figura 8) de uma possível ampliação do PAA, a partir de tudo que foi exposto nessa dissertação, e como isso poderia beneficiar ainda mais famílias de Campo Alegre.

Figura 8 A ampliação do PAA



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos nos sites do MDS e MDA (2025).

3.6 – Nuvem de palavras.

A análise textual é um passo fundamental na compreensão de grandes volumes de dados qualitativos. Entre as ferramentas que auxiliam nessa etapa, destaca-se a nuvem de palavras, que oferece uma síntese visual dos termos mais recorrentes:

A técnica da nuvem de palavras apresenta-se como uma alternativa gráfica para representar a frequência de termos em um texto. Essa representação facilita a visualização dos conceitos mais recorrentes, permitindo que o pesquisador tenha uma primeira aproximação com o conteúdo e identifique padrões temáticos de maneira rápida e intuitiva (SOUZA E VIEIRA, 2012, p.64).

O uso da nuvem de palavras contribuiu qualitativamente a partir de relatos de agricultores assentados, expressando suas percepções, sentimentos e valores associados à

experiência de vida no campo e à participação em políticas públicas como o PAA. Esta (Figura 9) sintetiza, de forma simbólica, elementos centrais que constituem o cotidiano dos sujeitos sociais apresentados.

As palavras "vida", "amor" e "perseverança" aparecem com maior destaque, indicando que, apesar das adversidades estruturais e institucionais enfrentadas pelos moradores, há uma valorização da trajetória coletiva e da permanência no território como expressão de luta e de afeto. A presença marcante do termo "resistência" reforça essa afirmativa, apontando para o assentamento como espaço de resistir e existir como de afirmação política diante de contextos marcados por exclusão histórica.

Termos como "alimentação", "fome", "terra", "agricultura" e "campo", situam o debate nas dimensões materiais da vida rural, denotando tanto o papel estratégico da produção de alimentos quanto as contradições vivenciadas pelos agricultores, que muitas vezes produzem para fora sem que haja garantia plena de segurança alimentar para suas próprias famílias.

Esta nuvem também evidencia aspectos relacionados à construção de liberdade e pertencimento, com palavras como "sabedoria", "autonomia", "comunidade" e "território", que apontam para formas próprias de organização e saberes locais, em diálogo com os princípios do desenvolvimento territorial sustentável e da soberania alimentar. Dialogando diretamente com a visão apresentada por Grisa (2012), ao manifestar que políticas como o PAA não operam apenas sobre os mercados, mas atuam sobre as formas de organização social nos territórios e sobre as dinâmicas político-institucionais que constituem o rural brasileiro.

A ocorrência de termos como "dificuldade", "conflitos" e "não" explicita as tensões e obstáculos que perpassam a implementação de políticas públicas no meio rural, como também incertezas a respeito do futuro.

Com a nuvem de palavras foi possível acessar dimensões subjetivas que são fundamentais para a compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às políticas, à terra e à própria permanência no campo.

Figura 9 Nuvem de Palavras a partir do corpus textual das entrevistas



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados obtidos (2024 – 2025).

3.7 – Análise S.W.O.T. ou Matriz F.O.F.A.

Desde a primeira visita à Campo Alegre foi possível identificar as nuances através de uma análise S.W.O.T.³⁷. Inicialmente, percebeu-se como forças: a existência de uma associação com a função de representar os moradores; o potencial agrícola da região e a experiência de produtores e produtoras rurais residentes. Como fraquezas: não foi percebido muito diálogo entre as partes e não havia quórum significativo na assembleia realizada; faltava infraestrutura básica nas propriedades e nas áreas comuns do assentamento. Apesar disso, há que se ressaltar as oportunidades observadas: a parceria com as instituições (como o caso da UFRRJ) e a atuação do órgão público. Após o estudo aprofundado do território, chegou-se à análise implementada na tabela a seguir.

A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos em Campo Alegre revelou um cenário multifacetado, no qual se articulam potencialidades e limitações inerentes ao desenho e à operacionalização da política pública em contextos territoriais marcados por vulnerabilidades sociais e produtivas.

³⁷ Traduzida do inglês S.W.O.T., tem-se no português a sigla F.O.F.A. e pode ser descrita como matriz ou análise. Onde F quer dizer forças, O de oportunidades, F fraquezas e A ameaças (SEBRAE, 2021).

É interessante salientar o quanto cada participante precisa estar interligado para o bom andamento do programa em questão, ou seja, os agricultores familiares são importantes, porém dependem de uma série de fatores e atenuantes.

Embora o PAA contribua de forma significativa para o melhoramento da renda dos participantes, para a segurança alimentar e valorizar a agricultura familiar, sua sustentabilidade necessita que desafios estruturais e conjunturais sejam superados, conforme exposto na Tabela 6.

As forças apresentadas evidenciam as contribuições do programa tanto na economia, como na esfera social. Destacando-se a geração direta de renda aos agricultores familiares, assegurada pela garantia de compra da produção, bem como a promoção da segurança alimentar por meio do abastecimento de instituições locais com alimentos saudáveis e diversificados. Observa-se, ainda, a valorização simbólica e econômica da agricultura familiar, o fortalecimento da identidade rural e a mitigação do desperdício alimentar, associados ao aproveitamento dos excedentes da produção, conforme já visto em outros estudos.

As fragilidades são significativas e ressaltam a necessidade de ações conjuntas, capazes de beneficiar a gestão local e consequentemente dando maior autonomia aos sujeitos. A excessiva burocratização dos processos de execução e prestação de contas impõe barreiras à participação de agricultores, daí a necessidade da atuação de órgãos como empresas de assistência técnica e extensão rural. Apesar de o programa ter trazido novas perspectivas para Campo Alegre, a precariedade da infraestrutura física (transporte, armazenamento e equipamentos), configura um entrave estrutural.

As oportunidades precisam ser bem planejadas e articuladas, ou seja, podem ser exploradas a partir de uma perspectiva interinstitucional e intersetorial. Tem-se como exemplos: o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, o estabelecimento de parcerias com universidades, organizações não governamentais e órgãos públicos para qualificação técnica dos beneficiários, bem como a promoção da inclusão socioproductiva de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens e idosos. A expansão do escopo do PAA, por meio da articulação com outras políticas públicas complementares, como o exemplo do PNAE e o fomento à produção agroecológica constituem possibilidades promissoras para o aprimoramento desta política.

Por fim, as ameaças citadas só reforçam a necessidade da mobilização social e de estratégias de defesa institucional ou da continuidade de uma determinada política. Ademais, as desigualdades regionais no repasse de recursos, os conflitos fundiários e ambientais e a

interferência de atravessadores ou mercados paralelos podem minar a confiança dos agricultores e desestimular sua permanência na iniciativa.

Tabela 6: Análise S.W.O.T. (F.O.F.A.) – Manutenção do PAA em Campo Alegre

(F)orças (Strengths)
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de renda direta para agricultores familiares com garantia de compra da produção. • Segurança alimentar: abastecimento de instituições locais com alimentos saudáveis e diversificados. • Valorização da agricultura familiar e fortalecimento da identidade rural. • Redução de desperdício com aproveitamento de excedentes da produção local. • Apoio institucional (municipal, estadual ou federal) em determinadas fases do programa.
(F)raquezas (Weaknesses)
<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia na execução e na prestação de contas, dificultando a participação dos agricultores. • Capacitação técnica limitada dos agricultores para atender exigências de qualidade, entrega e documentação. • Infraestrutura deficiente (armazenamento, transporte, equipamentos) no assentamento. • Dependência de agentes externos (associações, cooperativas, prefeituras) para mediação com o programa. • Dificuldades na organização coletiva, como conflitos internos ou baixa adesão ao programa.
(O)portunidades (Opportunities)
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização e mercados institucionais. • Ampliação do apoio técnico por meio de parcerias com universidades, ONGs ou órgãos públicos. • Inclusão produtiva e social de grupos vulneráveis (jovens, idosos). • Ampliação do escopo do PAA, com novas modalidades e recursos em políticas complementares (como o PNAE). • Fomento à agroecologia e à produção sustentável.
(A)meaças (Threats)
<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade política e orçamentária que pode comprometer a continuidade do programa. • Mudanças nas prioridades de governo, com cortes ou reestruturações do PAA. • Desigualdades regionais no repasse de recursos e acesso às políticas públicas. • Conflitos fundiários ou ambientais que afetam a segurança dos assentados. • Interferência de atravessadores ou mercados paralelos, que podem desestimular a adesão ao programa.

Esta análise evidenciou a necessidade de ações articuladas que busquem, de forma simultânea, potencializar as forças e oportunidades identificadas, enfrentar as fraquezas estruturais e mitigar as ameaças e riscos externos. Para tanto, faz-se imperativo o fortalecimento institucional, o investimento contínuo em capacitação e infraestrutura e a consolidação de mecanismos de governança democrática e participativa, de modo a assegurar a efetividade e a perenidade do PAA como instrumento central para o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da soberania e segurança alimentar em Campo Alegre, assim como em todo território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de políticas públicas direcionadas tem se notabilizado por ser uma estratégia que tem auxiliado no enfrentamento de problemas de ordens econômicas e sociais. Ao longo desse estudo ficou evidente a relevância da agricultura familiar no Brasil, sobressaindo sua capacidade primordial na produção de alimentos, como também escancarando sua vulnerabilidade e invisibilidade que ainda acompanha o segmento.

A atuação dos movimentos sociais juntamente com apoio da sociedade civil é uma importante ferramenta para a criação e, consequente manutenção das chamadas políticas reparadoras, onde se insere o Programa de Aquisição de Alimentos. As perspectivas futuras são positivas, pois as notícias recentes confirmam as inovações previstas para programas e políticas, como por exemplo a recente criação do Programa das Cozinhas Solidárias em parceria junto ao PAA.

O Assentamento de Campo Alegre, em Nova Iguaçu, se evidencia como um palco de resistência e adaptação. Inserido em um contexto de forte pressão urbana e com um histórico de luta pela terra ainda não plenamente resolvido, mostra resiliência ao se adaptar à novas realidades e desafios, como a efetivação de verdadeiros protagonistas e não coadjuvantes junto ao Programa de Aquisição de Alimentos.

O fortalecimento do programa em Campo Alegre logo após o período da Pandemia de Covid-19 foi como um renascimento. A garantia de compra e a resolução de problemas como os entraves logísticos, com a certeza da retirada dos produtos pelo comprador, mitigaram pressões significativas sobre os agricultores, indo ao encontro de dificuldades vivenciadas durante a crise sanitária. Este fato corrobora a importância histórica e a eficácia do PAA, originalmente como instrumento de combate à fome e à insegurança alimentar, e, de fomento à agricultura familiar, conferindo-lhe maior visibilidade e acesso a mercados.

O desenvolvimento rural genuíno está indissociavelmente ligado ao fortalecimento da agricultura familiar e à implementação de políticas públicas eficazes e direcionadas.

Foi extremamente gratificante constatar que o chamado ODS 12, ou Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, que em linhas gerais tem o princípio de assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, evitando o desperdício e promovendo a gestão mais eficiente dos recursos naturais, tem sido priorizado nas propriedades de Campo Alegre inseridas no PAA. Dialogando, plenamente com um dos objetivos do projeto de extensão a qual o proponente da pesquisa é participante.

É possível afirmar que a ampliação do programa em Campo Alegre beneficiará a economia local das seguintes maneiras: aumento da segurança alimentar e nutricional através do consumo de alimentos com maior qualidade e quantidade, além do aumento no valor agregado nos produtos dos beneficiários fornecedores. Também valorizará a identidade e o trabalho dos agricultores, contribuindo para a sua permanência no campo e a sustentabilidade das áreas rurais.

A atuação dos órgãos públicos no assentamento está longe do ideal, mas de acordo com relatos de alguns respondentes, a situação poderia estar bem pior. É de suma importância a continuidade de políticas e programas, mesmo com possíveis mudanças de governantes.

Identificou-se que o perfil dos agricultores é bastante diversificado, isto é, existem pessoas de variadas faixas etárias e de diferentes graus de escolaridade. É relevante acentuar o envelhecimento da população desta localidade e isso pode ser coibido com políticas direcionadas para a permanência do jovem no campo.

Vale aqui reforçar o protagonismo feminino em Campo Alegre. São mulheres de diversos perfis, mas que resistem e se dedicam em prol dessa comunidade. Esse engajamento é fundamental também para a sustentabilidade e a preservação ambiental do território.

Elaborar este estudo sobre as nuances do Programa de Aquisição de Alimentos para o contexto de um assentamento rural revelou-se uma experiência profundamente enriquecedora, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ético-político. Foi possível a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam a implementação de políticas públicas em territórios marcados por desigualdades históricas, evidenciando a complexidade das relações entre o Estado, a agricultura familiar e o organismo social local.

Ao aprofundar-se no cotidiano dos moradores, captou-se não apenas os impactos materiais da política (como o aumento de renda e o acesso a mercados), mas também os sentidos simbólicos atribuídos à terra, ao trabalho e ao coletivo. Mais do que uma política de reparação, o Programa de Aquisição de Alimentos se mostrou um instrumento de reconhecimento social e de construção de cidadania. Desta maneira, a pesquisa contribui para fortalecer o debate sobre o papel do Estado na promoção de justiça territorial e reforça a importância de políticas que se adaptem às realidades e os saberes dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada, nº2, vol. IV. FEA/USP, São Paulo: 2000.
- ALENCAR, Edgard. Introdução à metodologia de pesquisa social. Lavras, MG: UFLA, 1999.
- ALENTEJANO, P. R. R.; JUNIO, J. A.; SILVA, L. G. D. da. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). GEOgraphia, Niterói, vol. 24, nº52, e48866, 2022.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55.
- AMARAL, M. M. B. P. do. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a criação de alternativas de produção frente ao agronegócio. Sociedade em Debate (Pelotas), v. 29, n. 1, p.125-138, jan./abr. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v29i1.3340>
- BELTRAME, Gabriella. Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano. INTERSEÇÕES, vol. 15, nº1, p. 113-138. Rio de Janeiro, jun. 2013.
- BERNARDI, P. R. Reforma Agrária e (Des) Continuidade na Reprodução Socioeconômica da Agricultura Familiar: A Trajetória do Assentamento Macali I em Ronda Alta/RS. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da UFSM. Palmeira das Missões – RS, 2018.
- BICALHO, Ramofly dos Santos. Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense. 2ª ed. Campinas/SP: Editora Komedi, 2007.
- BOFF, L. Como cuidar da casa comum: pistas para protelar o fim do mundo. Ed. Vozes. Brasil, 2024.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 8ª ed. – São Paulo. Brasil, 1994.
- BRASIL. Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília, DF, fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em 24 mai. 2024.
- BRASIL. Alteração na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/03/2024&jornal=515&pagina=3&totalArquivos=149>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel525.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Pronaf Jovem. 2024. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Caderno balanço do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003-2010). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Companhia Nacional de Abastecimento; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno_balanco_paa_2003_2010.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11396.htm#art6. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Brasília, 28 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Brasília, jan. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3338.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 jul. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as leis nos 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das leis nos 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jul. 2023. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14628&ano=2023&ato=1eaETTE50MZpWTd1f>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18029cons.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 15 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.911-12, de 25 de novembro de 1999. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília – DF, 25 nov. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-12.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Atribuições. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-ministerio/atribuicoes>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Mapa e MDA definem estratégias para fortalecimento da produção e comercialização de alimentos. Brasília, DF, jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-e-md-definem-estrategias-para-fortalecimento-da-producao-e-comercializacao-de-alimentos>. Acesso em: 08 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Programas e Ações. MDA. Brasília – DF: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-e-acoes>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra. Assentamentos. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário: doze anos de transformações, lutas e conquistas. MDA. Brasília – DF: 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS. Brasil sem fome. Brasília – DF: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília – DF: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Programa Cozinha Solidária. Consultar cozinhas. Disponível em: <https://cozinhasolidaria.digital/csv1/cozinha/consulta-externa/?nome=&cnpj=&cidade=Nova+Igua%C3%A7u&uf=RJ&situacao=>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Site da Secretaria de Comunicação Social. Combate à fome – PAA ultrapassa 21,75 mil toneladas de alimentos doados em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/paa-ultrapassa-21-75-mil-toneladas-de-alimentos-doados-em-2024>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BUFON, Mônica. Pauta da juventude rural da CONTAG. Núcleo Bandeirante/DF, 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17733-576689-pauta-juventude-web.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CALMON, P. C. D. P. Introdução às Políticas Públicas. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1063/2/Aulas%20%281%29%20-%20Paulo%20Carlos%20Du%20Pin%20Calmon%20%28D%204.1%20%E2%80%93%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%29.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2024.

CAMPELLO, Tereza. Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

CASSIOLATO, J. E. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. Boletim de Economia e Política Internacional. Artigo publicado em: Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI): n. 13, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3928>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CEDIM. Site do CEDIM – UFRRJ. Material elaborado pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Campo Alegre – Nova Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4336> Acesso em: 07 out. 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. A Conab. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Ações e Programas. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/acoes-e-programas>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab – v.1 (2016-). Brasília: Conab, 2016-

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Governo anuncia Plano Safra da Agricultura Familiar. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5602-governo-anuncia-plano-safra-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Rio de Janeiro – mobiliário de armazém desativado será doado para associações e cooperativas. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3944-rio-de-janeiro-mobiliario-de-armazem-desativado-sera-doado-para-associacoes-e-cooperativas>. Acesso em: 09 ago. 2024.

COSTA, O. C. da. Assentamentos rurais no Brasil: Políticas agrárias e suas implicações. Research, Society and Development, v. 13, n. 3, e10413345339, 2024.

COSTA, Valeriano. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. Ideias, Campinas, SP, v.6, n.2, p. 135-166, 2016. Disponível em: Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas | Ideias (unicamp.br) acesso em 17 mai. 2024.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Histórico. Goiânia, GO. 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 25 abr. 2024.

DA SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. 2.ed. Rev.1a. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 2002.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel e o lugar do rural no desenvolvimento nacional. Brasília: IICA/MDA, 2009.

DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social participativa. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131–154, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472015v36n71_006. Acesso em: 10 jul. 2025.

DINIZ, Daise Ferreira; LERRER, Débora Franco. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política pública para a democratização do Estado no Brasil. “Inter-Ação”, v. 43, n. 1, p. 259–280, jan./abr. 2018. DOI: 10.5216/ia. v43i1.46105. Acesso em: 25 abr. 2025.

DURSTON, John. O que é o capital social comunitário? CEPAL – Série Políticas Sociais, nº 38. Nações Unidas. Santiago do Chile: jul. 2000.

EMATER-RIO. Em Nova Iguaçu, escritório local da Emater-Rio ministra Curso de Horta na Escola Municipal de Campo Alegre. Site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/308>. Acesso em 21 jul. 2025.

EMATER-RIO. Relatórios de Produção. Site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/187>. Acesso em 01 jul. 2024.

EMBRAPA. Perfil dos pequenos e médios produtores em relação à adoção de tecnologias do agro 4.0. Embrapa Agricultura Digital. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1137372/perfil-dos-pequenos-e-medios-produtores-em-relacao-a-adocao-de-tecnologias-do-agro-40>. Acesso em: 20 out. 2023.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. 1, p. 205-222, 2015.

FAO. Panorama Regional da Segurança Alimentar e Nutricional – América Latina e Caribe 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/f0249a6f-f13c-46b2-ac9e-6517134c82ae>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

FERREIRA, Álvaro Mendes. Ocupações de Terra e Políticas Agrárias no Estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2021.

FIRJAN. Site da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, Nova Iguaçu – 2023. Rio de Janeiro – RJ, 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RJ&cidade=330350&indice=1&ano=2023>. Acesso em: 03 jun. 2025.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n.21, 2000. Disponível em: POLÍTICAS PÚBLICAS: | Planejamento e Políticas Públicas (ipea.gov.br). Acesso em: 16 mai. 2024.

GARCIA, A. e PALMEIRA, M. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEHLEN, Ivaldo e MOCELIN, G. Daniel. Organização social e movimentos sociais rurais. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANI, Gian Mario; CASTRO, Elisa Guaraná de. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 5, p. 137–165, 1995.

GOHN, M. da G. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo, SP: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Os sem-terra, ONGs e cidadania. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, A. de S. Dimensão sociopolítica do trabalho da Comissão Pastoral da Terra: trilhando na seara dos documentos do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP). *Revista IDEAS*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1–27, e023007, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://nmspp.net.br/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GOMES, R. F. Os Movimentos Sociais no Brasil e a Liberdade de Expressão. Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. Gama, DF. 2020.

GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V. e PEREIRA, A. P. M. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. Campinas, SP. Artigo Pro-Posições, 33, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/?lang=pt>. Acesso em 25 abr. 2024.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em debate*, v.1, n.2, p.83-109, 2010.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar: produção e institucionalização das ideias. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA / UFRRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2012.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, vol. 16, núm. 31, Venezuela, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agricultura familiar. In: Atlas do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 293–295. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agro 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-iguacu.html>. Acesso em: 08 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em 02/07/2024.

IPEA. Site do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Compras públicas aumentam a renda de agricultores familiares em até 106%. Brasília – DF, 2025. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15569-compras-publicas-aumentam-a-renda-de-agricultores-familiares-em-ate-106>. Acesso em: 03 jun. 2025.

IPEA. Site do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Mesmo com alta de preços dos alimentos, inflação desacelera para todas as faixas de renda em janeiro. Brasília – DF, 2025. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15609-mesmo-com-alta-de-precos-dos-alimentos-inflacao-desacelera-para-todas-as-faixas-de-renda-em-janeiro>. Acesso em: 03 jun. 2025.

ITERJ. Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro. Comunidades assistidas. Disponível em: http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/comunidades. Acesso em: 2 jul. 2025.

JABBOUR, E. China, Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois. Fundação Maurício Grabois. São Paulo – SP, 2019.

JÚNIOR, J. F. S. Colegiado Territorial. Site da Embrapa – Território Mata Sul Pernambucana, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-pernambucana/instituicoes/colegiado-territorial>. Acesso em: 08 jul. 2024.

KAMINSKI, R. Da S.; SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; JANUÁRIO, E. S. Desafios metodológicos para a avaliação de programas governamentais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Rio de Janeiro, n.18, jan.-jul. 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8474/1/BRU_n18_Desafios.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

LAVINAS, Lena. Programas de transferência de renda: impactos e limitações. In: DRAIBE, Sônia Miriam; CASTRO, Jorge Abrahão de (Orgs.). Avaliação de políticas sociais: diferentes abordagens. Brasília: IPEA, 2013. p. 145–174.

LAZZARI, M. Francini; SOUZA, S. Andressa. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria, RS, 8 a 10 nov., 2017. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

LEFF, E. Enrique. A Aposta pela Vida: Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEITE, S. P.; SCHMITT, C. J.; GRISA, C.; SILVA, M. A. P. Da; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. S. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Capítulo 13 – Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022). Ipea. Brasília/DF, 2023. 1ª edição. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-049-3>. Acesso em: 04 out. 2024.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? Estudos, Sociedade e Agricultura, 28 (1), p.227-254, fev. a mai. 2020. <https://www.doi.org/10.36920/esa-v28n1-10>

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA et al. (Orgs.). Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v.1, p. 17-34.

LIMA, E. J. de; SILVA, R. M. Da; LIMA, E. M. de; MINEIRO, T. C.; CARVALHO, D. M. de. Sucessão familiar no meio rural – uma análise com base em os Buddenbrook de Thomas Mann. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e35410212696, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12696. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12696>. Acesso em: 19 out. 2024.

MACHADO, L. Ceasa/RJ completa 48 anos e comemora o êxito do trabalho com equipe e permissionários. Site da UNACOOOP. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://unacoop.org.br/ceasa-rj-completa-48-anos-e-comemora-o-exito-trabalho-com-equipe-e-permissionarios/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MARAFON, G. J. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. Revisitando o território fluminense, VI / Gláucio José Marafon, Miguel Angelo Ribeiro (organização). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

MARCUZZO, J. L. e RAMOS, M. P. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado. Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro de 2004.

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados* 17 (48), 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e a real. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, nº 32. RJ: dez. 2016.

MEDEIROS, J. C. e GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 14, n. 34, p. 06-35, dez., 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215236/001118343.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 out. 2024.

MEDEIROS, L. S. de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Capítulo do livro *Uma Nova Ruralidade na América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001 (traduzido do espanhol).

MEDEIROS, L. S. de. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil Contemporâneo. *Caderno CRH*, 34, e021003. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.43440>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MEDEIROS, L. S. de; QUINTANS, M. T. D. e ZIMMERMANN, S. A. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 117-142 jan.-jun. 2014.

MONTEIRO, E. P.; MARTINS, C. M.; ARAÚJO, J. G.; BRABO, M. F.; SANTOS, M. A. S. Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC. Tocantinópolis / Brasil, v. 9 – UFNT, 2024.

MOREIRA, V. Avaliação dos resultados do programa “Minha Casa, Minha Vida” em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2016.

MST. Com agroecologia e cooperação há reforma agrária popular. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Viamão, RS, abr. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/04/23/com-agroecologia-e-cooperacao-ha-reforma-agraria-popular/>. Acesso em 25 abr. 2024.

MST. MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Viamão, RS, mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MST. O MST: Nossa História. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Viamão, RS, mai. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

MST. Produção. Famílias assentadas do MST entregam mais de 273 toneladas de alimentos por meio do PAA, na Bahia. BA, jun. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/30/familias-assentadas-do-mst-entregam-mais-de-273-toneladas-de-alimentos-por-meio-do-paa-na-bahia/>. Acesso em 03 jul. 2024.

NAVARRO, Zander. Sete Teses Equivocadas sobre as Lutas Sociais no Campo: O MST e a reforma agrária. In São Paulo em Perspectiva, vol.11, nº2, São Paulo: Fundação SEADE, 1997.

NETO, C. R.; SILVA, F. de A. C. e ARAÚJO, F. de A. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? Embrapa Notícias, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NOVA IGUAÇU. Site da Prefeitura de Nova Iguaçu. Banco de Alimentos da Prefeitura de Nova Iguaçu auxilia famílias e instituições no combate à fome. Nova Iguaçu, jun.2024. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2024/06/19/banco-de-alimentos-da-prefeitura-de-nova-iguacu-auxilia-familias-e-instituicoes-no-combate-a-fome/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

NOVA IGUAÇU. Site da Prefeitura de Nova Iguaçu. Legislação. Lei Complementar Nº 016, de 05 de outubro de 2006. Nova Iguaçu, 20204. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Análise a respeito do tamanho de amostras aleatórias simples: uma aplicação na área de Ciência da Informação. *Revista de Ciência da Informação*, v. 6, n. 3, p. 1-11, 2005.

OLIVEIRA, Maria Célia da Silva. *Mulheres agricultoras: identidade e autonomia no meio rural*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento das mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de pesquisa*, Florianópolis, UFSC/PPGSP, nº21, jun. 2000.

PERICO, Rafael Echeverri. *Identidade e Território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro S. de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; PELLA, Antônio Fernando Costa; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. A evolução do programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise de sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Ipea. Brasília, 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Processos de Diferenciação dos Movimentos Sociais do Campo no Sul do Brasil: Identidade, Articulação Política e Projeto*. Raízes, Campina Grande – PB, vol. 26, nº 01 e 02, p.46-58, jan./dez. 2007.

PMNI- NOVA IGUAÇU (Mun.). *Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica: Mosaico Central Fluminense – versão 1.3*. Nova Iguaçu: SEMAM, jul. 2024. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/wp-content/uploads/sites/20/2024/07/plano-municipal-da-mata-atlantica-de-nova-iguacu-1-3.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, CANTAZARO da Rocha, Pedro. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015 – 2019). *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 712-767, dez. 2020.

PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

PRETTO, J. M. e HORN, C. H. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – FACCAT*. Taquara/RS, v.17, nº1, jan./mar. 2020.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N. e RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. Ipea 47 anos. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

QUEVEDO, D. C. S. *Perda e Desperdício de Alimentos no Brasil: As Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Para sua Redução*. Tese de Doutorado. Programa

de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – PPGCTIA – UFRRJ. 2023. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9888>. Acesso em: 04 out. 2024.

RICCI, Rudá. Movimentos Sociais Rurais nos anos 90. *Diálogos Revista de História*, vol.1, nº1. Universidad de Costa Rica: out. 2001.

RIO DE JANEIRO. CEASA Rio de Janeiro. Programa de Aquisição de Alimentos. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceasa/programa_alimenta-brasil. Acesso em: 31 ago. 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto-Lei nº 160 de 01 de julho de 1975. Site da Alerj, 2024. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/83b1e11a446ce7f7032569ba0082511c/becf3174015c30f903256b6d0069615e?OpenDocument>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ROSA, M. C.; PENNA, C.; CARVALHO, P. D. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de caso. *CIVITAS Revista de Ciências Sociais*, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUCRS, set. a dez., 2020.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira (org.). *Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil*. Brasília: Ipea, 2023. ISBN: 978-65-5635-060-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-060-8>.

SANTILI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; SANTANA, Adrielli Rosa de. *Agricultura e Agroindústria Rural na Região Sudeste Segundo Dados do Censo Agropecuário de 2017*. Boletim regional, urbano e ambiental, Edição Especial Agricultura. Ipea. Brasília – DF, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10483/1/brua_23_artigo9.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Ed. Record. São Paulo/SP: 2000.

SÃO SABAS, Inayna dos Santos de. *Promoção e Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Assentamento de Reforma Agrária do Bairro Campo Alegre, Localizado no Município de Nova Iguaçu, em Face da Pandemia de COVID-19*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). RJ, 2021.

SCHENEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, jul.-set./2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?* Caderno CRH, vol. 21, nº54, pp. 505-517, Salvador/BA: 2008.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577–609, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8640053>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SCHNEIDER, G. Linha do Tempo – A história da Alimentação Escolar. Políticas de Abastecimento e Compras Públicas. Dossiê Sistemas Alimentares: Fome, Corporações e Alternativas. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Rio de Janeiro – RJ, 2021. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Tema-2_-Linha-do-tempo_-historia-da-alimentacao-escolar-tema2.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

SEBRAE. Site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Use a Matriz F.O.F.A. para melhorar a empresa. Brasília – DF, dezembro de 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª ed., São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. (Org.). Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, Natasha Gomes da. Fé, serviço e presença: a Comissão Pastoral da Terra em Nova Iguaçu. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, R. J. da. A dinâmica da formação nas ligas camponesas entre 1960 e 1964, a partir da cartilha do camponês e do documento “bença, mãe!”. XXII EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. Natal, RN, 21 a 31 de out., 2014.

SILVA, S. S. Da; ANTONIAZZI, E. A.; NOVAK, M. A. L. O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate*, v. 5, n. 2. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – UNESC / SC, 2019.

SOUZA, C. R. G. Crédito Rural no Rio de Janeiro – Últimas 8 safras. Sistema FAERJ SENAR, Rio de Janeiro – RJ, ago. 2021. Disponível em: <http://www.sistemaferj.com.br/2021/08/02/credito-rural-no-rio-de-janeiro-ultimas-8-safras-por-clovis-romario-goudinho-souza/>. Acesso em: 19 out. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, dez. 2006.

SOUZA, Marluce Freitas de; VIEIRA, André Carlos Ponce de Leon. A técnica de nuvem de palavras como instrumento de análise textual: usos e possibilidades. *Revista Informação & Informação*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 63–74, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/informacao/article/view/28467>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SOUZA, P. M. de; BARBÉ, L. Da C.; NEY, M. G.; PONCIANO, M. J. Desigualdades regionais no acesso aos financiamentos do Pronaf no estado do Rio de Janeiro. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, 2015.

SOUZA, S. C. de e BRANDÃO, A. A. P. A agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: breve análise sobre o papel das mulheres. *Revista Gênero*, v. 23 n. 1, *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – UFF*. Niterói, RJ, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/57128>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista NERA*, n.10, jan.-jun. 2007.

TAVARES, A. de O. et al. PNAE e ações no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia. *Segurança Alimentar Nutricional*, Campinas, v. 29, p.1-15, e022013. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v29i00.8669253>. Acesso em: 04 out. 2024.

TEIXEIRA, V. L. Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas, 2009.

TELÓ, F. Políticas para a reparação de camponeses e indígenas vítimas de violações de direitos humanos no Brasil. *Memória, movimentos sociais e direitos humanos*. Organizadores: José Sérgio Leite Lopes, Felipe Magaldi, Lucas Pedretti, Luciana Lombardo, Virna Plastino. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024.

UNACOOOP. Site da UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Agricultura familiar movimenta a economia local no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2016. Disponível em: <https://unacoop.org.br/agricultura-familiar-movimenta-economia-local-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

VEIGA, José Eli et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Nead/MDA, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WANDERLEY, M. N. Z. B. e FAVARETO, A. A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas. In: Miranda, C.; Silva, H. (Orgs.) *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília, IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

APÊNDICES

APÊNDICE A) O seguinte questionário foi aplicado em uma parcela da população residente no Assentamento Campo Alegre (agricultores familiares inseridos no PAA e aqueles que não participam desse programa), situado no município de Nova Iguaçu, com o intuito de identificar a atividade agrícola e a manutenção das políticas públicas na localidade.

Nome:
Telefone com DDD:
E-mail:
1) Sua atividade principal é como agricultor(a)?
Sim () Não ()
2) Caso não seja agricultor(a), você possui algum envolvimento com a agricultura?
Sim () Não ()
Caso a resposta for sim, descreva o tipo de envolvimento:
3) Alguém que mora com você está envolvido com a agricultura?
Sim () Não ()
Caso a resposta for sim, descreva a quantidade de pessoas envolvidas:
A seguir são apresentadas perguntas direcionadas aos agricultores e moradores de propriedades rurais.
4) Qual a área da sua propriedade?
5) Possui documentação da propriedade?
Sim () Não ()
6) Você possui as documentações a seguir. Assinale um x caso tenha.
Certificado digital ()
Nota fiscal ()
Inscrição estadual ()
7) Qual é o tipo de cultivo realizado? Mencionar uma ou mais culturas.
8) Qual é o tipo de produção?
Utiliza agrotóxicos ()
Não utiliza agrotóxicos ()
Agroecológica ()
Orgânica ()
9) Qual a forma de comercialização dos seus produtos?
Cooperativa/ associações ()
Feiras ()
Programas institucionais ()
Outros ()
De acordo com o perfil socioeconômico:
10) Faixa etária (idade)
Até 20 () 21 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () 50 mais ()
11) Nível de escolaridade:
Analfabeto ()
Anos iniciais do ensino fundamental ()
Ensino fundamental ()

Ensino médio () completo () incompleto
Ensino superior () completo () incompleto
12) Possui algum auxílio assistencial do governo?
Sim () Não ()
As políticas públicas são fundamentais para melhoramentos nos territórios, a partir daqui são apresentadas questões mais direcionadas a essa temática.
13) Você possui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF?
Sim () Não ()
Caso a resposta for não, pode informar os motivos?
14) Os programas listados abaixo são direcionados para o desenvolvimento rural. Você participa de algum deles?
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF ()
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA ()
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ()
Caso exista algum outro que queira mencionar, por favor o faça:
15) Falando especificamente do PAA, você está participando?
Sim () Não ()
Caso sim, desde quando?
Caso não esteja participando, poderia informar os motivos?
Pergunta direcionada para quem estiver participando do PAA.
16) Qual a principal diferença após sua adesão ao programa? Favor relatar caso seja mais de uma.
Pergunta geral.
17) Qual sua maior dificuldade como agricultor? Se tiver mais de uma, pode informar.
18) Você possui as documentações a seguir. Assinale um x caso tenha.
Certificado digital ()
Nota fiscal ()
Inscrição estadual ()
19) Tem dificuldades com o processo de logística? Poderia descrever?

APÊNDICE B) Estes formulários fazem parte da pesquisa de mestrado do discente Fausto Pereira Rocha Pitta de Azevedo, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT e têm como objetivo coletar informações sobre a implementação do PAA no Assentamento Campo Alegre (situado no município de Nova Iguaçu - RJ), seus impactos e desafios, com foco nos benefícios para a população atendida.

Direcionado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do município de Nova Iguaçu – RJ.

Nome:
Cargo:
Tempo no cargo:
Como a Secretaria de Assistência Social participa da execução do PAA?
Como é feita a distribuição dos alimentos adquiridos pelo PAA para as entidades socioassistenciais e/ou famílias atendidas pela secretaria?
Quais são as principais entidades e públicos beneficiados pelo PAA no município? (Ex.: CRAS, CREAS, abrigos, escolas, instituições socioassistenciais, instituições religiosas, famílias em vulnerabilidade etc.)
Qual o número de entidades atendidas e dos beneficiários indiretos?
Quanto produtores pertencentes ao município de Nova Iguaçu estão inseridos no PAA? Destes quantos são de Campo Alegre?
O PAA tem contribuído para a melhoria da segurança alimentar das famílias atendidas pela assistência social? Como isso tem sido percebido pela secretaria?
Existe algum acompanhamento nutricional ou avaliação da qualidade dos alimentos distribuídos pelo PAA?
O município possui estrutura adequada para receber, armazenar e distribuir os alimentos adquiridos pelo PAA? Se não, quais são as principais dificuldades?
A Secretaria de Assistência Social trabalha em parceria com a Secretaria de Agricultura ou outras instituições na gestão do PAA? Como se dá essa articulação?
Quais são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Assistência Social na distribuição dos alimentos adquiridos pelo PAA?
O município possui políticas complementares que incentivam a continuidade e ampliação do PAA no atendimento das famílias em vulnerabilidade? Se sim, quais são essas iniciativas?
O que poderia ser feito para melhorar o impacto do PAA na segurança alimentar das populações atendidas pela assistência social?
Gostaria de acrescentar alguma informação relevante sobre o PAA no município e seu impacto na assistência social?

Direcionado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM do município de Nova Iguaçu – RJ.

Nome:
Cargo:
Tempo no cargo:
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está ativo no município? Se sim, desde quando?
Quantos agricultores familiares têm no município de Nova Iguaçu?
Quais modalidades do PAA são desenvolvidas na região? (Ex.: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, etc.)
Como funciona a articulação entre a prefeitura, os agricultores familiares e as entidades que recebem os alimentos adquiridos pelo PAA?
Existe algum tipo de capacitação ou orientação para os agricultores que desejam participar do programa?
Como o PAA tem contribuído para a geração de renda dos agricultores? Há relatos concretos de melhoria na qualidade de vida das famílias participantes?
Quais são os principais produtos fornecidos pelo assentamento para o programa?
Há algum acompanhamento sobre o impacto do PAA na segurança alimentar das famílias do assentamento? Se sim, quais são os principais resultados observados?
O município oferece assistência técnica aos agricultores que participam do PAA? Como essa assistência é organizada?
Quais são os principais desafios enfrentados pelo município na implementação do PAA?
O município possui políticas complementares que incentivam a participação dos assentados no PAA? Caso afirmativo, quais são essas iniciativas?
Gostaria de acrescentar alguma informação relevante sobre o PAA no município?